

Universidade Federal de
Santa Catarina

Curso de Museologia

Campus Universitário
Trindade

Florianópolis- SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Museologia, Departamento de
Museologia, do Centro de Ciências Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel/Licenciatura no
Curso Museologia.

Orientadora: Prof^a: M.^a Luciana Silveira Cardoso

Florianópolis, 2017

Representação e Representatividade do Campesinato nas Instituições Museologas em
Santa Catarina
Rose Elke Debiasi

REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DO
CAMPESINATO NAS INSTITUIÇÕES MUSEOLOGAS EM
SANTA CATARINA:
Uma análise do Cadastro Catarinense de Museus

Rose Elke Debiasi

Trabalho de conclusão
de curso submetido à
Universidade Federal
de Santa Catarina como
requisito parcial para a
obtenção do grau de
Bacharel em
Museologia.

Orientadora:
Prof^a: M.^a Luciana Silveira
Cardoso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE MUSEOLOGIA

ROSE ELKE DEBIASI

**REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DO
CAMPESINATO NAS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS DE
SANTA CATARINA:
UMA ANÁLISE DO CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS**

FLORIANÓPOLIS – SC
2017

ROSE ELKE DEBIASI

**REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DO
CAMPESINATO NAS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS DE
SANTA CATARINA:
UMA ANÁLISE DO CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Museologia da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a M.^a Luciana Silveira
Cardoso

FLORIANÓPOLIS – SC
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

DEBIASI, Rose Elke
Representação e Representatividade do Campesinato
nas Instituições Museológicas de Santa Catarina: Uma
análise do Cadastro Catarinense de Museus / Rose
Elke DEBIASI; orientador, Luciana Silveira
Cardoso, 2017.
128 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em
Museologia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Museus. 3. Campesinato. 4.
Representação. 5. Santa Catarina. I. Cardoso,
Luciana Silveira. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

ROSE ELKE DEBIASI

**REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DO
CAMPESINATO NAS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS DE
SANTA CATARINA:
UMA ANÁLISE DO CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Museologia aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 03 de julho de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a M.^a Luciana Silveira Cardoso
Professora da Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Prof.^o M.^a Leyli Abdala Pires Boemer
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Valdemar de Assis Lima
Professor da Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

À Olga Debiazi Pelegrini, minha filhota, por me acompanhar a todas as imersões (e excursões) museológicas ao longo da faculdade e da vida.

Ao Maurício por trilhar de mãos dadas o caminho escolhido por mim. Muito obrigada pelas demonstrações de afeto.

À Marli Fávero, do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, pela generosidade e auxílio necessário na consulta e coleta de dados. À Lizandra Felisbino, museóloga da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), pela disponibilidade. À Daniele Rauber, por me atender prontamente sempre que solicitada. Ao colega Renilton, agradeço pelas trocas, parceria e confiança.

À minha orientadora, Luciana Silveira Cardoso, pelo respeito acadêmico e pela liberdade na definição do objeto e realização da pesquisa, condições necessárias para o desenvolvimento de um profissional.

Aos colegas museólogos da turma 2011/1 e aos professores dos Cursos de Antropologia, História e Museologia pela convivência e ensinamentos.

Aos membros da banca, Leyli Abdala Pires Boemer e ao professor Valdemar de Assis Lima (Vavá), pelo generoso aceite.

À Camila Ventura pela presteza e generosidade na formatação do texto.

À minha família, em especial minha irmã Cristina, por todo apoio e palavras de estímulo. Ao Guga, mais novo membro da família, pelos salpicos de alegria nesta caminhada.

Às minhas amigas Ana Flávia, Camila Ventura, Lígia Missio, Nêemias Gonçalves Costa e Poliana Santana, por alegrarem as aulas e a minha vida. À Graziela Bini e Gisele Gonçalves pelo carinho e torcida constantes.

Aos camponeses dos vários cantos de Santa Catarina e do mundo, agradeço pelo aprendizado.

Qualquer um pode fazer um museu com coisas belas, mais difícil é criar um belo com coisas humildes como a minha.

Ettore Guatelli

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) aborda a representatividade e a representação do campesinato nas instituições museológicas de Santa Catarina por meio da análise do Cadastro Catarinense de Museus (CCM). O questionário elaborado pela equipe do Sistema Estadual de Museus (SEM), entidade vinculada a Fundação Catarinense de Cultura (FFC), possui 103 questões que permeiam várias áreas e setores das instituições. Em linhas gerais, o TCC busca refletir sobre a presença do campesinato nos museus catarinenses através de dois eixos complementares: pela análise da descrição fornecida pelas próprias instituições no CCM e pelo (re) conhecimento de sua tipologia.

Palavras-chave: Campesinato. Museus. Santa Catarina. Cadastro.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper addresses the representativeness and representation of the peasantry in the museological institutions of Santa Catarina through the analysis of the Catarinense Register of Museums (CRM). The questionnaire prepared by the team of the State System of Museums (SEM), linked to the Catarinense Foundation of Culture (CFC), has 103 questions which permeate various areas and sectors of the institutions. In general terms, this paper aims to reflect on the presence of the peasantry in the museums of Santa Catarina through two complementary axes: by analyzing the description provided by the institutions themselves in CRM and by (re)cognizing their typology.

Keywords: Peasantry. Museums. Santa Catarina. Register.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Gráfico da natureza administrativa dos museus em Santa Catarina.....	51
Figura 02 Ilustração das regiões museológicas de Santa Catarina...	55
Figura 03 Gráfico do acesso à internet pelos museus catarinenses..	61
Figura 04 Gráfico sobre as condições de acesso ao museu.....	62
Figura 05 Gráfico sobre a presença de transporte público.....	62
Figura 06 Gráfico do funcionamento semanal dos museus	63
Figura 07 Instrumentos de trabalho (data aprox. 1930)	68
Figura 08 Instrumentos de trabalho (data aprox. 1900)	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 A distribuição dos museus que abordam temática da colonização/imigração em Santa Catarina	66
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATECOR	Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis
CCM	Cadastro Catarinense de Museus
CED	Centro de Ciências da Educação
CFH	Centro de Ciências Humanas
CIC	Centro Integrado de Cultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DPPC	Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FEPA	Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASC	Museu de Arte de Santa Catarina
MIS	Museu de Imagem e Som
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PEM	Política Estadual de Museus
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEM	Sistema Estadual de Museus
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 CAMPESINATO: QUESTÕES CONCEITUAIS E ANALÍTICAS	31
1.1 CONQUISTAS POLÍTICAS E SIMBÓLICAS: UMA QUEDA DE BRAÇO DO CAMPESINATO	35
2 SOBRE OS MUSEUS E A MUSEOLOGIA	41
2.1 OS MUSEUS COMO ESPAÇO DE DISPUTAS.....	45
2.2 OS CAMPONESES NO MUSEU OU O MUSEU DOS CAMPONESES: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA	48
2.3 OS MUSEUS EM SANTA CATARINA	50
3 A INVISIBILIDADE DO CAMPONÊS NOS MUSEUS DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DO CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS.	53
3.1 O SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SANTA CATARINA (SEM/SC)	53
3.2 A REPRESENTATIVIDADE DO CAMPESINATO NO CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS	59
3.3 SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSO, PARTICIPAÇÃO E PRESENÇA NOS MUSEUS CATARINENSES	62
3.4 APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO ÉTNICA NOS MUSEUS CATARINENSES.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
FONTES	79
ANEXOS	81

À GUISA DE INTRODUÇÃO

O museu é uma ferramenta, é um lápis ou um computador, não é um fim em si. Algumas pessoas ainda associam museus a grupos de elite, mas hoje existem museus com outros perfis, que se assumem como práticas sociais. Em nosso entendimento, o museu pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades populares e movimentos sociais. Para isso, a ferramenta museu precisa ser democratizada. Só assim, ela contribuirá para o enfrentamento das questões sociais contemporâneas, e para preservação da memória dos movimentos sociais.

Mário Chagas

O museu precisa dialogar com a dinâmica vivida na sociedade. A partir desta premissa, e, em consonância com a epígrafe de Mário Chagas, acreditamos, que os museus, ancorados no presente, precisam contribuir no processo de mudanças, ou transformações sociais. O museu como ferramenta para entender o presente e assumir a perspectiva que ele pode ser também presente. A partir desse entendimento, parafraseamos Mário Chagas “museus são bons para pensar, sentir e agir” (CHAGAS, 2007).

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é tributário de pesquisas que reconhecem o caráter universal e a capacidade de adaptação do campesinato na busca pelo (re)estabelecimento de um local de vida, morada e trabalho, quando profundamente subordinados e/ou integrados ao sistema capitalista. Que reconhecem, igualmente, a luta travada por estes sujeitos para se tornarem protagonistas dos processos sociais e os seus instrumentos de organização e resistência.

Os fragmentos abaixo nos convidam, e até mesmo nos desafiam, a refletir sobre o papel ocupado pelo campesinato na sociedade atual, em especial nos espaços museológicos.

Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1996, p. 8).

Qualquer que seja a diversidade das regiões e das nações, das civilizações e dos regimes políticos, vê-se, sempre a coletividade rural integrar-se à sociedade global (...) (JOLLIVET e MENDRAS, 1971 apud Wanderley, 1996, p. 6).

Wanderley destaca que a agricultura brasileira assume uma face moderna, racionalizada, onde o agricultor se profissionaliza, e o mundo rural é integrado à sociedade nacional, perdendo seu status de sociedade parcial. Esses novos agricultores, segundo Wanderley, ou pelo menos parte deles, quando comparados aos “camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade” (WANDERLEY, 1996).

A autora, portanto, percebe a continuidade, ou poderíamos chamar de elementos de permanência de um campesinato tradicional na atualidade. Wanderley aborda os elementos que caracterizam e singularizam o campesinato no contexto brasileiro; enquanto no outro fragmento Jollivet e Mendras, demonstram a dinâmica do campesinato, independente dos países ou região, ao se integrar à sociedade global.

Nesses termos, podemos intuir que o campesinato atual, ou moderno, também estabelece essas conexões com as instituições museológicas; competindo a elas estabelecerem as ligações ou os elos com o referido público. Permitir essa imersão no museu, a partir das questões e problemáticas do presente, significar oportunizar e fornecer elementos para que o camponês reflita sobre a sua condição, suas influências e perspectivas. Todavia, o que observamos é a

invisibilização desses sujeitos nas instituições museológicas de Santa Catarina, ou uma representação unívoca, associada a um passado simples, rústico e, muitas vezes, atrasado; portanto, muito longe de contemplar a diversidade que compõe o campesinato brasileiro.

Sabemos que os museus podem criar a ilusão de uma representação adequada de um mundo fragmentado. Os objetos expostos, retirados de seus contextos originais, representam uma nova totalidade reconstruída. Ou seja, a produção de significado por intermédio de um museu é apresentado para o público como uma representação adequada, em geral interpretada por ele, como a verdade e não como uma representação, dentre as tantas possíveis. Dito isto, nos apropriamos do questionamento de Stocking Jr. (1995, apud Kersten e Bonin 2007) “Quem deve controlar a representação do significado dos outros?”. Ou nas palavras de Kersten e Bonin (2007, p. 122) quem deve controlar a significação do significado dos outros?

Esta pergunta e outras questões direcionam para a problemática do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Como é representado o campesinato nos museus catarinenses? Por que as instituições museológicas de Santa Catarina estão na contramão dos pressupostos da museologia social ao não dialogar com os sujeitos do campo e demais populações tradicionais? Essas questões conduzem (e desafiam) a discussão sobre a representação e a representatividade do campesinato nas instituições museológicas de Santa Catarina, em um cenário de crescente reconhecimento jurídico, político e cultural da diversidade do patrimônio cultural e seus qualificativos.

Para realizar a checagem dos museus que abordam ou tangenciam a temática do campesinato catarinense analisamos o questionário aplicado pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), realizado com o objetivo de formar o Cadastro Catarinense de Museus (CCM). O cadastro foi respondido por 157 instituições das sete regiões museológicas do estado: Oeste, Meio-Oeste, Serra, Sul, Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte. Ele é composto por cinco blocos e por uma avaliação do próprio questionário, totalizando 103 questões.

Primeiramente, debruçamo-nos na leitura da descrição que o museu fornece sobre si com o objetivo de verificar a proximidade e as relações estabelecidas com o nosso objeto de estudo. Aliado a isso, analisamos outros tópicos do questionário de forma isolada; e, em seguida, confrontamos os resultados obtidos.

Para o levantamento de dados foram realizadas oito visitas ao SEM/SC, situado nas dependências do Centro Integrado de Cultura

(CIC), Florianópolis. Inicialmente, conversamos com a Coordenadora do SEM/SC, Marli Fávero, onde apresentamos os objetivos da pesquisa¹. Prontamente, nos foi disponibilizado o acesso ao banco de dados e todas as condições materiais para o desenvolvimento da pesquisa no SEM/SC. Em seguida, fizemos o cruzamento das informações com o objetivo de problematizá-las e confrontá-las. A coleta de dados foi realizada na própria instituição porque os dados ainda não foram publicados.

É importante salientar que as respostas são autodeclaráveis. A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) não realizou uma conferência das informações prestadas.

As instituições museológicas que responderam ao questionário do Cadastro Catarinense de Museus (CCM) aderiram ao Sistema Estadual de Museus (SEM), então vinculado a FCC. O preenchimento do questionário (Anexo II) é uma das exigências para a adesão ao próprio Sistema. Em contrapartida, o SEM articula o campo museal, fornece maior visibilidade às instituições, estabelece parcerias, promove oficinas e realiza visitas técnicas quando solicitado. Ou seja, trata-se de um documento que celebra uma articulação e uma parceria entre o poder público e a sociedade civil.

Em paralelo, descrevemos as visitas realizadas a alguns museus com o objetivo de analisar os acervos, a expografia, os significados que os trabalhadores de museus atribuem a determinados objetos. As visitas foram individuais e em grupo. As realizadas em grupo resultaram de saídas de estudos do Curso de Graduação em Museologia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na disciplina Patrimônio Cultural em Santa Catarina, ministrada pela professora Leticia Nedel, do departamento de História do Centro de Ciências Humanas (CFH). As saídas individuais resultam de uma iniciativa particular, movida pelo interesse e curiosidade da autora.

Após a reunião dos dados, fizemos uma breve revisão bibliográfica sobre o campesinato, em particular o catarinense, a trajetória da museologia social e sobre o universo das representações.

Sobre o campesinato cabe destacar os trabalhos da socióloga Maria Nazareth Baudel Wanderley, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e da professora Giralda Seyferth do Museu Nacional, da Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro – UNIRIO.

¹ Desde julho de 2017, a coordenação do Sistema Estadual de Museus (SEM) foi assumida pelo museólogo Renilton Roberto da Silva Matos de Assis.

As contribuições de Wanderley auxiliam na compreensão dos mecanismos acionados pelo campesinato para construir, reconstruir e transmitir seu patrimônio cultural. A obra de Seyferth, por sua vez, fornece subsídios para refletir sobre as particularidades da vida rural em Santa Catarina, e seus desdobramentos na formação dos museus catarinenses.

Para acompanhar a trajetória do pensamento museológico e dos museus no Brasil nos reportamos aos trabalhos das professoras Cristina Bruno, da Universidade de São Paulo – USP e Thereza Scheiner, da Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro - UNIRIO. Buscamos, ainda, suporte teórico nos escritos de José Reginaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e inspiração nas publicações do professor Mário Chagas, da UNIRIO.

Para compreender melhor o conjunto de disputas políticas, econômicas e simbólicas que permeiam a decisão sobre qual discurso os museus devem adotar, utilizaremos os conceitos de *representação* e de *campo* do historiador Roger Chartier e do sociólogo Pierre Bourdieu, respectivamente.

Para Chartier, representação é o produto da realização de um conjunto de práticas. Cada texto, depoimento ou discurso carrega consigo vestígios do passado, ou melhor, congrega um conjunto de representações vinculadas ao contexto de sua produção. Com o objetivo de compreender os acontecimentos do passado, adentrar-se no universo das representações que foram construídas (CHARTIER, 1990).

No conceito de campo, Bourdieu destaca que há um jogo em que se produzem as representações e uma existência de crenças que as sustentam, definida como campo social. Nele haveria uma luta constante por representações, em que os grupos criam suas representações para serem vistos e mesmo disputarem entre os outros grupos. Cada grupo social possui suas práticas que possuem representações e vice e versa, ao passo que estas são motivadas pelas necessidades e interesses de cada grupo social (COELHO, 2010, p. 176).

Antes de avançarmos na apresentação e desenvolvimento da pesquisa, cabe, rapidamente, tecer algumas linhas sobre as motivações para a escolha dessa temática. As representações e a memória dos camponeses, seus espaços de vida e sociabilidades, principalmente no que diz respeito aos seus processos de organização e resistência, são temas que me acompanham algum tempo. No ano de 2006, por ocasião da pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado, problematizei as relações de trabalho em uma experiência autogestionária, vinculada

ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizada no município de Dionísio Cerqueira, Oeste catarinense. A observação *in loco*, manifesta na vivência nas casas dos assentados, na participação em reuniões, nos atos políticos e nas demais atividades, forjaram um sentimento de profundo respeito e solidariedade com esses sujeitos. Anos mais tarde, entre 2011 e 2012, tive a oportunidade de lecionar em um projeto do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em assentamentos do MST, nos municípios de Aberlado Luz, Campos Novos e Catanduvas, Santa Catarina. Voltado para o Ensino Médio, esse projeto resultou de uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Centro de Ciências da Educação (CED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Nesse ínterim, ingressei no Curso de Museologia da UFSC e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A Tese de Doutorado, desenvolvida entre 2012 e 2016, versa sobre a trajetória de lideranças do Sul e Sudeste do país que, entre os anos de 1980 e 1990, migraram para o Nordeste com a função de estruturar o MST na região. Sem mais delongas, justificarei o motivo desse breve enunciado. Durante a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, a banca, carinhosamente, solicitou que eu falasse sobre a eleição do tema e os motivos da escolha. Esse pedido foi alegremente acolhido, fornecendo-me mais tranquilidade para discorrer sobre a minha relação com o universo camponês. Eu, propositalmente, havia omitido as vivências, os aprendizados, os estudos, as trocas e demais experiências com os movimentos sociais do campo. Acreditava que, devido à necessidade de me “experimentar” nessa nova área de estudos (museologia), o mais acertado seria distanciar-me das demais pesquisas, sobretudo à realizada ao longo do doutorado. Ao finalizar esse depoimento, percebo que o movimento é justamente o inverso. Esse instrumental, construído por meio de pesquisa científica, comprometimento social, aliado a um olhar solidário, fornece o tom do presente trabalho de investigação. Este, portanto, é o meu local de fala.

Dito isso, partimos para a escrita e estruturação da monografia de conclusão de curso. Ela encontra-se organizada em três capítulos, a saber:

O primeiro capítulo, *Campesinato: questões conceituais e analíticas* apresenta uma discussão teórica sobre as características que definem e compõe o campesinato brasileiro, com destaque para a

capacidade de adaptação da categoria. Trata-se de uma categoria política que explicita as contradições do processo histórico de sua constituição, expressa uma identidade, define e maneja aspectos referentes a sua organização social, materializados através dos processos de resistência. A organização social do campesinato define-se pela dinâmica e especificidade da unidade de produção, caracterizada pelo trabalho familiar, manutenção dos meios de produção e reciprocidade entre seus membros. Essa dinâmica define, singulariza e norteia a manutenção do camponês e a reprodução de sua família.

No segundo capítulo *Sobre os Museus e a Museologia* é abordado o percurso da museologia e os impactos das formulações da Nova Museologia nos museus. Também é objeto de discussão o cenário museológico do estado catarinense – sua distribuição, tipologia e gestão administrativa, do início do século XXI. Abordamos, ainda, algumas experiências museológicas nacionais e internacionais que privilegiam em sua narrativa a temática camponesa.

O terceiro e último capítulo, *A invisibilidade do camponês nos museus de Santa Catarina: uma análise do Cadastro Catarinense de Museus (CCM)* apresenta a leitura sobre a representação e a representatividade dos camponeses nos museus catarinenses, por meio da análise e confronto das informações encontradas no Cadastro Catarinense de Museus (CCM). Na sequência, esse capítulo demonstra as relações entre o campesinato catarinense e o discurso étnico adotado por vários museus do Estado.

1. CAMPESINATO: QUESTÕES CONCEITUAIS E ANALÍTICAS

De acordo com Shanin (1980), o campesinato é caracterizado por três elementos básicos: a) a propriedade rural como a unidade básica para organização social e econômica; b) o trabalho familiar; c) a agricultura como a principal atividade e fonte de renda. Alguns autores, como Eric Sabourin (2011), acrescentam um quarto elemento: a reciprocidade nas relações sociais. Dito de outra forma, os camponeses se caracterizam pela dinâmica social (laços de pertencimento e solidariedade) e, principalmente, pelas suas relações de produção. Nesse sentido, o trabalho familiar e a economia de subsistência norteiam a produção. A posse da propriedade rural e o controle da terra, por sua vez, viabilizam maior autonomia e possibilitam o planejamento do tempo da produção, diferenciando essa categoria dos não camponeses e das propriedades capitalistas.

Como desdobramento desse quadro, somam-se os aspectos mencionados pela socióloga Wanderley, fundamentais para compreender a singularidade do campesinato. Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social específica de produção, cujos fundamentos se encontram na sua autonomia e no seu caráter familiar e cooperativo. Como já mencionado, os objetivos da atividade produtiva são voltados para as necessidades da família e o modo de organização do trabalho pressupõe a cooperação entre os seus membros. Nesses termos, o campesinato corresponde a uma forma de viver e de trabalhar no campo, mas não restrita a forma de produzir. Trata-se de um modo de vida e uma cultura própria, que o caracterizam e o singularizam (WANDERLEY, 2014). Cabe lembrar que o campesinato deve ser compreendido no seu contexto social e por meio do seu movimento histórico. Esse contexto interfere nas formas de produção e na vida social desses sujeitos.

De acordo com Wanderley (2009), a convivência do camponês com outros atores sociais estabelece múltiplas relações e desenvolve uma forma particular de sociabilidade. Essa convivência é que proporciona a formação de um “patrimônio sociocultural”, que se pode definir como uma cultura própria, ou nas palavras dela: “[...] uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local” (WANDERLEY, 2009).

Para a autora, os trabalhadores rurais constroem formas de apropriação de bens materiais e sociais, que se apresentam como valores

de referência, ícones de um modo de vida em oposição às formas de exploração e de desqualificação a que normalmente são submetidos. Isso nos remete a duas questões: a primeira refere-se à capacidade de adaptabilidade do campesinato e sua dimensão educativa; e a segunda, estritamente vinculada à primeira, é que essa adaptação somente é possível pela existência de um “patrimônio sociocultural”. Trata-se de um patrimônio, legado de gerações, responsável pela adaptabilidade e manutenção dessa categoria mesmo diante das adversidades colocadas para sua reprodução.

Esta adaptabilidade é apresentada por Bernadete Castro Oliveira (2009) ao tratar de situações em que grupos camponeses são expostos a experiências de transformações do seu modo de vida:

O movimento camponês pressupõe um estado de contestação. Os ideais e as práticas contestantes são relevantes à medida que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do “novo” que desestrutura as relações existentes. São comportamentos incorporados aos indivíduos como forma de resistência, podendo se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupõem linguagens, rituais e práticas inovadoras (muitas vezes no sentido de reinvenção), elaborando uma visão utópica na qual se protegem do presente e preveem o futuro. (OLIVEIRA, B. 2009, p.193).

De acordo com Wanderley (2009), para compreender o campesinato brasileiro é preciso levar em consideração a existência de uma grande fronteira de terras livres ou passíveis de utilização através dos mecanismos de ocupação e posse. Para o sociólogo José de Souza Martins, (1995), a luta pela terra, em especial na ocupação das fronteiras, resulta de um confronto entre duas concepções distintas de propriedade. De um lado, a propriedade “capitalista”, absoluta, e, por outro lado, o sistema de posse, então “[...] praticado por pequenos agricultores, que não implica a propriedade absoluta da terra, mas o controle dos processos de trabalho, dos seus instrumentos e, sobretudo, dos resultados de produção” (WANDERLEY, 2009, p. 21). No entendimento de autores, como J. Martins (1995) e A. Oliveira (2001) é preciso considerar que os camponeses no Brasil estão vinculados ao

desenvolvimento desigual e combinado do capital, ao ritmo ampliado de reprodução do capital e as políticas de colonização.

Especificamente sobre as condições de acesso à terra no Brasil, Wanderley (2009) destaca o papel da pequena propriedade no campo brasileiro. Predominante na região Sul, ela é resultado da política de concessão de um pequeno lote de terra aos migrantes estrangeiros, especialmente alemães, italianos e poloneses, que se instalaram na região, a partir do século XIX. A presença desses grupos pode ser identificada na ênfase que os museus catarinenses atribuem à temática da “colonização”, conforme discutiremos adiante.

Giralda Seyferth salienta a formação de um campesinato específico resultado da ação do Estado.

A relação do campesinato com o Estado pode ser observada através de um exemplo significativo, a “colonização estrangeira” resultante de políticas públicas voltadas para a ocupação de terras devolutas, iniciada em 1819. Tal exemplo permite evidenciar a importância dos contextos históricos para o entendimento da realidade social presente, e o papel do Estado no controle de um processo de povoamento que, segundo seus idealizadores, devia seguir uma “lógica” capitalista em termos econômicos, mas produziu um tipo de campesinato étnico diferenciado de outras realidades brasileiras. (SEYFERTH, 2011, p. 404).

A política imigratória e a de colonização confundem-se na legislação brasileira. Durante boa parte do século XIX, o termo “colono” serviu para designar oficialmente o imigrante. Mais tarde foi apropriado como categoria de identidade etnizada de acordo com a procedência nacional.

O modelo produtivo adotado pelo Estado brasileiro privilegiou agricultores e artífices europeus emigrados com a família, dando ênfase à pequena produção familiar caracterizada pela policultura e pela criação de animais (em pequena escala), sem a utilização de trabalho escravo. O procedimento adotado pelo Estado não ameaçava os interesses da grande propriedade monocultora, voltada para a exportação.

Segundo Seyferth (2011), no discurso imigrantista oficial fica evidente que a política de colonização tinha o propósito de povoar terras

devolutas com “gente civilizada”, leia-se de “raça branca”. E, não obstante o interesse mais amplo na imigração europeia, a legislação estabeleceu a sinonímia entre colono e imigrante, tendo em vista a primazia dada ao estabelecimento de núcleos coloniais no Sul do país.

Dentre os fatores que contribuíram para a formação de um tipo de campesinato identificado com o processo histórico de colonização encontra-se a fixação da propriedade familiar em 25 hectares. Tratava-se de um campesinato culturalmente diferenciado, resultante das denominações étnicas vinculadas à origem nacional e das referidas colônias “italianas”, “alemães”, “polonesas” etc. (SEYFERTH, 2011, p. 408). Cabe mais uma ressalva sobre a colonização, especificamente sobre as colônias de Blumenau e Brusque – as duas receberam trabalhadores de várias profissões, não somente trabalhadores agrários. Muitos deles desenvolveram atividades comerciais, o que acabou funcionando como elemento de distinção social. Ou seja, existia uma heterogeneidade entre os imigrantes no que tange à profissão e à escolaridade.

O termo “colono” foi apropriado pelo discurso oficial e igualmente usado para distinguir imigrantes e descendentes de outras categorias rurais. Empregado pelas autoridades para designar os imigrantes estabelecidos em núcleos coloniais, com o tempo tornou-se a categoria básica da identidade social camponesa, mantendo o forte componente étnico²

A palavra “origem”, bastante comum nas representações da etnicidade, é usada para fazer referência às nacionalidades dos antepassados. Na mesma linha, a referência à colônia “alemã” ou “italiana”, por exemplo, busca enfatizar a primazia do grupo mais antigo ou numericamente majoritário em cada área colonial. Diferenças culturais e sociais são percebidas e acionadas, mas “ter origem” é prerrogativa dos descendentes de imigrantes, construção simbólica de uma qualidade que supostamente os outros brasileiros não possuem³. O passado pioneiro e seu componente de progresso e civilização, somado a valorização do trabalho intrínseco ao colono, são os elementos simbólicos usados para classificação, apesar da convivência cotidiana e da realização de casamentos interétnicos.

Sobre o componente de distinção “trabalho”, Lohn (2008) destaca que a prática dos extensionistas em Santa Catarina estava voltada para

² Ibidem, p. 410.

³ Ibidem, p. 410-411.

os grupos étnicos, descendentes de alemães e italianos, historicamente reconhecidos pela valorização ao trabalho. O autor contextualiza o discurso do homem do campo, laborioso, presente na documentação oficial do século XIX. Com o passar dos anos, a preocupação não era mais se o trabalhador rural de Santa Catarina era laborioso, o foco passou a ser a adoção de técnicas e práticas alinhadas com a industrialização, capazes de aumentar a produtividade. As transformações observadas na esfera produtiva não expressam, necessariamente, a criação imediata de (ou substituição por) novas representações dos camponeses/colonos, conforme abordaremos no decorrer do texto.

A adoção dos pacotes tecnológicos no campo, com a substituição de maquinários e o uso de insumos importados, não melhorou as condições de vida da população rural, tampouco modificou as representações sociais acerca dessa população. A chamada “modernização do campo”, ou “revolução verde”, não ocorreu de forma homogênea e nem alterou a (concentrada) estrutura fundiária do país⁴. Pelo contrário, atendeu apenas aos interesses econômicos (e corporativos) das agroindústrias; aumentando o estigma, a marginalização e a pauperização da população rural. Por isso, autores como MENDONÇA (2006) e WANDERLEY (2009), a denominam como “modernização conservadora”.

1.1 CONQUISTAS POLÍTICAS E SIMBÓLICAS: UMA QUEDA DE BRAÇO DO CAMPESINATO

Aos esfarrapados do mundo e aos que
neles se descobrem e, assim descobrindo-se,
com eles sofrem, mas, sobretudo,
com eles lutam
Paulo Freire

⁴ Para mais informações ver: LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. UFRRJ, 2007. 182f. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2007.

No debate sobre a representação e a representatividade do campesinato cabe a discussão sobre a atual concepção de rural e a própria definição dos sujeitos do campo. Longe de ser uma categoria homogênea, vários grupos encontra-se sob o guarda-chuva do campesinato. As representações enquanto construções culturais trazem consigo os valores e os objetivos dos grupos que as produziram no contexto de sua produção. Portanto, as representações do mundo devem ser pensadas num campo de disputas, concorrências e competições. Para Chartier,

as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (...) As representações do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, política) que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

De acordo com Martins, J. (1995), as palavras “camponês” e “campesinato” foram introduzidas na década de 1950, quando estudiosos e militantes de esquerda sentiram a necessidade de definir a ação de camponeses posseiros e foreiros⁵ que, ao se organizarem em associações, passaram a reivindicar a manutenção de seus direitos frente aos proprietários. Antes disso, o trabalhador do campo não possuía uma definição genérica, contando com definições particulares de acordo com a região em que residiam. Um exemplo é a divisão observada, ainda nas primeiras décadas do século XX, entre o “litoral” e o “sertão”. O “litoral”, visto como possibilidade de “progresso” e “desenvolvimento”, enquanto no “sertão” imperaria a “barbárie”. O trabalho de Euclides da Cunha, “Os sertões”, mesmo fornecendo elementos para compreender o

⁵ Trata-se de trabalhadores que, na época do plantio e da colheita, disponibilizavam dias de trabalho gratuito para o proprietário, o chamado “cambão”. Estes trabalhadores, conhecidos como trabalhadores de “condição”, entregavam parte da produção ou pagavam o foro ao proprietário.

conflito de Canudos (Bahia) e a miserabilidade da população interiorana, reforça essa dualidade ancorada em um determinismo racial.

Com efeito, encontramos uma visão dicotômica, na qual a cidade é vista como modelo de desenvolvimento a ser alcançado por todos; e, na outra ponta, o rural como sinônimo e permanência do atraso. De acordo com Munarim, no Brasil, geralmente, tem se produzido políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social que privilegiam o espaço humano citadino ou, mais que isso, em detrimento da vida no meio rural. As políticas voltadas ao meio rural são traçadas no sentido de extrair do campo o máximo de benefício em favor da vida na cidade, ou então, no sentido de urbanizar o espaço rural. (MUNARIM, 2006, p 20).

Para Wanderley (2009), via de regra, quando os serviços básicos chegam ao campo, geralmente as comunidades rurais já perderam boa parte da sua campesinidade. Ou seja, quando os serviços efetivamente alcançam o campo, ele deixa de ser campo. O resultado é a transformação dos locais de vida e trabalho dos camponeses. Ou, ainda, observam-se os múltiplos fenômenos da migração (sazonal ou definitiva, de todos os integrantes da família ou de apenas alguns indivíduos) em busca de alternativas para a reprodução e manutenção das famílias.

Na mesma direção, é importante pensarmos quais as condições de acesso aos bens culturais que as comunidades possuem, incluindo o acesso às instituições museológicas. Mais que isso: é fundamental refletirmos como essas comunidades são representadas nas instituições museológicas. Como no caso dos serviços básicos, os bens culturais também são sistematicamente negados, e mesmo inalcançáveis, para a população rural. Isso significa sérias limitações para o cumprimento constitucional do direito à memória e à identidade das populações rurais e para o exercício da cidadania⁶.

Todavia, seguindo a linha proposta por Sônia Azevedo de Jesus, optamos por assumir uma postura mais relacional do que dual, portanto, distanciando-se da dicotomia campo-cidade, que norteia muitas análises.

A relação saber-fazer-saber dos(as) camponeses(as), exige uma reflexão profunda sobre o modo de produção do conhecimento, das epistemologias ou

⁶ Para mais informações ver a Constituição Federal do Brasil (1988), artigo 215 e 216.

inteligibilidades em curso no campo. Há necessidades práticas da vida cotidiana como a soberania alimentar, os problemas da falta de água, dos solos, das sociabilidades, da organização do trabalho de jovens e mulheres, da assistência técnica, entre outros, que necessitam de uma avaliação constante do que está disponível na sociedade e do que deve ser recriado, ou ressignificado. A ressignificação do conhecimento não pode ser uma linha de mão única, mas, deve acontecer, em função do contexto onde se produz e esse contexto comporta, tanto o que é produzido cientificamente, quanto o que é produzido pelos saberes não-acadêmicos, por vias e por situações diferentes” (JESUS, 2006, p. 54).

A citação acima encontra abrigo nos escritos de Paulo Freire, especificamente na obra “Extensão ou Comunicação”, quando o autor problematiza a relação do “agrônomo” (no caso, poderíamos substituir pelo detentor da técnica, seja o professor, o museólogo ou outro profissional) com os camponeses. Segundo Freire, a concepção de extensão (ou educação) baseada exclusivamente na substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses pelas técnicas precisa ser superada. A leitura de que somente o “técnico” é possuidor de conhecimentos e que o camponês é apenas um repositório, vazio, que precisa ser preenchido pelos saberes de outro, reforça a invisibilidade da categoria. Diante deste quadro, o autor propõe uma *comunicação*, onde ambos tenham espaços para falar e ouvir. Propõe um espaço de trocas e de aprendizados, onde não exista uma hierarquia entre os conhecimentos.

Optamos, também, por distanciarmos de uma leitura de vitimização (ou fatalista) dos homens e mulheres do campo. Pelo contrário, destacamos o protagonismo, as resistências e a capacidade de adaptação do campesinato. Novas frentes de atuação vêm sendo incorporadas. Podemos destacar as formulações sobre a pluriatividade, sobretudo com a introdução do turismo rural, ecoturismo e acolhida na colônia.

Atualmente, muitas famílias estão aderindo a pluriatividade para manter a (e permanecer na) propriedade e assegurar o padrão de consumo familiar. A pluriatividade pode-se definir como uma unidade multifuncional que realiza uma ou mais atividades agrícolas na propriedade, combinadas com uma ou mais atividades não agrícolas desenvolvidas dentro ou fora da propriedade. É um processo de

diversificação que visa assegurar o domicílio na área rural e a manutenção da unidade familiar, podendo envolver a prestação de serviços a terceiros, à industrialização, ou, ainda, atividades voltadas para o lazer e o turismo.

Dentro desse último ponto, muitos agricultores transformam suas residências em pousadas, ou adaptam outras benfeitorias da propriedade, dependendo das condições financeiras e da ênfase que será dada a nova atividade. Outros, como forma de atrair um maior número de visitantes, criam museus. Em geral, expõem os utensílios de trabalho mais antigos, vestimentas, fotografias e outros objetos que demonstrem a trajetória da família, da propriedade e a transformação das relações de trabalho ao longo dos anos.

Um exemplo é o Museu Rural Leovegildo Dalmas, localizado em Porto União, Santa Catarina. No local, a família comercializa diversos produtos coloniais e artesanais, como queijos, linguiças, pães, geleia, mel, melado e caldo de cana. Mediante agendamento são atendidos grupos de estudantes, de religiosos, idosos, entre outros. A proposta é que o visitante possa apreciar e experimentar a vida no campo, podendo, inclusive, auxiliar nos trabalhos da propriedade, como na colheita, na ordenha e na alimentação dos animais. A visita guiada é conduzida pelo próprio proprietário, e um dos atrativos é o passeio de trator.

Não pretendemos avançar no debate sobre a pluriatividade, apenas demonstrar que a adaptabilidade do campesinato, assim como a construção de representações sobre os sujeitos do campo, precisa ser compreendida de forma dinâmica e constante. Não se trata de algo isolado ou alheio à sociedade, pelo contrário, o camponês precisa ser compreendido dentro desse movimento de resistências, adaptações, continuidades e transformações.

2 SOBRE OS MUSEUS E A MUSEOLOGIA

De acordo com Tereza Scheiner (2013), a concepção de um museu exclusivamente voltado para a guarda de objetos remonta do pensamento europeu do século XVI. Nesses museus, os objetos possuem a primazia, e sem objetos não existe museu.

Durante os séculos XVIII a XIX, de acordo com Kaseker (2014), o campo da museologia privilegiou a produção do conhecimento voltado para a organização das instituições museológicas e da apreciação estética. Passam a ocupar lugar a preocupação com a preservação do patrimônio e a educação não formal, com a ampliação do público, até então exclusividade do ambiente letrado e científico. Constrói-se, assim, uma concepção de patrimônio focada no material e no estético. Como demonstraremos ao longo do capítulo, a ideia de patrimônio também é uma representação, portanto datada e sujeita as transformações.

Os museus do ocidente têm um passado mais ou menos comum. A maioria deles teve início com o que se denominou “coleccionismo”, ou seja, um agrupamento de objetos com características semelhantes, organizados de diferentes maneiras, por diferentes pessoas, geralmente aquelas que tinham melhores condições econômicas para adquiri-los.

A partir da organização de coleções e do nascimento do pensamento científico foram formados os museus modernos. Eles evocam a ideia de um passado que pode exercer ação concreta no presente, com base no uso de determinada linguagem. Como um sistema simbólico, os museus expressam determinada percepção do mundo e comunicam mensagens que refletem as condições sociais, políticas, econômicas e culturais de grupos sociais.

Somente na década de 1960, do século XX, surge um novo modelo de museu que irá se contrapor a primazia dos objetos, observado no que denominamos de museu tradicional. Para Bruno (2000), os museus tradicionais foram se fossilizando, e a conexão com as questões atuais tornaram-se anacrônicas.

Diferentes sociedades possuem diferentes visões de mundo, construída e transformada no tempo e no espaço. Da mesma forma, a ideia de um museu resulta das muitas representações simbólicas desenvolvidas por grupos sociais específicos, em momentos determinados de sua trajetória no tempo. De acordo com Bruno (2000), é possível dizer que:

A ideia de museu desenvolvida em cada sociedade se fundamenta nas relações que se estabelecem entre o humano e o meio natural, a cada momento de sua trajetória no planeta – e que se traduz por meio de diferentes códigos e valores, específicos da cultura de cada grupo social. A relação entre Homem, cultura e meio ambiente, em cada época, em cada lugar, é o que efetivamente constitui o fundamento da ideia de Museu (BRUNO, 2000, p. 50).

Nesses termos, cabe afirmar que a partir do reconhecimento das referências patrimoniais que as identificam, as sociedades criam museus. E como se articulam de distintas maneiras, no tempo e no espaço, criam e desenvolvem diferentes formas de museu: o museu tradicional, em suas várias representações (museu ortodoxo, museu exploratório, museu de vizinhança, jardim botânico, zoológico, aquário, planetário); o museu de território – sob a forma do museu a céu aberto, do parque nacional, da cidade-monumento, do ecomuseu; o museu virtual - que só existe na tela do computador; o museu global – memória da biosfera (BRUNO, 2000, p. 51). Para estabelecer essa leitura, a autora parte de algumas premissas, a saber: o caráter plural e processual dos museus, compreendendo-os na relação, e não como produto cultural; a liberdade e a fluidez conceitual.

Antes de avançarmos, cabe citar a definição de museu utilizada por Scheiner (2013). Ela sintetiza o debate apresentado até o momento sobre o caráter mutante e contraditório dos museus.

Museu é, pois, um nome genérico que se dá a um conjunto de manifestações simbólicas da sociedade humana, em diferentes tempos e espaços. As diferentes formas de Museu nada mais são do que representações (ou expressões) desse fenômeno, em diferentes tempos e espaços, de acordo com as características, os valores e visões de mundo de diferentes grupos sociais (SCHEINER, 2013, p. 50).

Ao se trabalhar o museu nas suas diversas manifestações é possível perceber como certas sociedades constroem as suas próprias narrativas: como elas se colocam no mundo, como veem o mundo, e qual é esse mundo que veem. O museu seria, assim, espelho e síntese de

um real que se apresenta em multiplicidade: enquanto substância (domínio da filosofia), matéria (domínio da física) ou instância relacional (domínio da comunicação) – aquilo que o conhecimento contemporâneo reconhece como o real complexo. Partindo do pressuposto de que o museu comporta em si elementos reflexivos e de síntese, cabe refletir sobre a forma como os camponeses se veem e ao mesmo tempo como são representados nos museus catarinenses. Ou seja, como essa relação é manifestada e apreendida pelos públicos.

A Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada no ano de 1972, propõe uma reflexão sobre o papel dos museus diante das problemáticas sociais, com destaque para a sua dimensão educativa. Os desdobramentos desse evento tiveram inspiração na pedagogia libertária de Paulo Freire, levando a museologia a ter um comprometimento social e político com as transformações sociais. Os museus, portanto, deveriam servir como instrumentos para elevação do nível de consciência das comunidades, conforme aponta a Moutinho (2013, p. 2) ao comentar as deliberações da própria declaração:

que o museu é uma instituição ao serviço da sociedade da qual é parte integrante e que possui em si os elementos que lhe permitirem participar na formação da consciência das comunidades que serve; que o museu pode contribuir para levar essas comunidades a agir, situando a sua actividade no quadro histórico que permite esclarecer os problemas actuais (...)

De acordo com Cândido (2003) os pressupostos teóricos da Nova Museologia estão contidos na Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), a partir da formulação do Museu Integral. Scheiner (2012), por sua vez, reconhece a importância da referida declaração nas formulações da teoria museológica e da museologia aplicada⁷; mas, apresenta uma trajetória de eventos e debates anteriores à Mesa Redonda de Santiago, deslocando, assim, a criação da Nova Museologia para um momento anterior ao que comumente lhe é atribuído. Reconhece, também, que a partir da Carta de Santiago o Museu Integral

⁷ Cabe destacar a visibilidade política da Mesa Redonda de Santiago devido ao contexto de ditaduras militares que assolavam vários países da América Latina, diferentemente do Chile que vivia em um ambiente democrático.

ganha um novo “corpo, forma e identidade”, sendo estendido a todas as modalidades de museu.

Os princípios da Nova Museologia, todavia, são objetos de discussão da Declaração de Quebec (1984), e anos mais tarde, na Declaração de Caracas, na Venezuela (1992), onde o museu é reafirmado como canal de comunicação. A percepção do caráter comunicacional da museologia permite que ela seja entendida como fluxo - de ideias e de práticas - e que configure um campo específico, que se constitui e reconstitui na interface entre os demais saberes e práticas sociais. Nesses termos, Scheiner (2005) destaca a necessidade de refletir sobre o caráter “fluido, complexo e plural” da museologia.

A partir da publicação da Mesa Redonda de Santiago, da Declaração de Caracas e da Declaração de Quebec o fazer museológico adquire um maior alcance social. Trata-se de documentos fundamentais para compreender a mudança do pensamento museológico na contemporaneidade. A partir dessas contribuições houve um alargamento do conceito de patrimônio e de bem cultural, além de um novo entendimento sobre a categoria “museus”, os quais passaram a contar com a participação das comunidades. O conceito de museu, propriamente dito, passa a ser ampliado para além da concepção clássica de museu e sua institucionalidade.

Especificamente sobre o rural, a Declaração da Mesa de Santiago do Chile (1972) define que os museus devem servir como instrumentos de conscientização aos problemas do campo. Os caminhos indicados por ela são:

a) Exposição de tecnologias aplicáveis ao aperfeiçoamento da vida da comunidade;

b) Exposições culturais propondo soluções diversas ao problema do meio social e tecnológico, a fim de proporcionar ao público uma consciência mais aguda sobre estes problemas, e reforçar as relações nacionais, a saber:

i. Exposições relacionadas com o meio rural nos museus urbanos;

ii. Exposições itinerante;

iii. Criação de museus de sítios⁸.

⁸ Resolução da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Conselho Internacional de Museu - ICOM, 1972.

As questões elencadas remetem para alguns questionamentos: Qual a concepção de museu que os trabalhadores que lá trabalham possuem? A quais fontes teóricas eles recorrem? Não temos a pretensão de responder tais questionamentos, pois demandaria um estudo pormenorizado das instituições, do seu corpo técnico, da documentação, entre outros aspectos, mas, de refletir de forma ampliada sobre os museus como espaço de transformação e disputas. Cada grupo se torna o que é a partir do que se apropria. Os objetos que integram as coleções, por exemplo, são codificados de modo a servirem como sinais de distinção entre as categorias e grupos sociais. Portanto, a identidade de um museu não é dissociada dos grupos sociais que o criaram.

2.1 OS MUSEUS COMO ESPAÇO DE DISPUTAS

Existe um conjunto de elementos que está envolvido na escolha do que priorizar em uma exposição. Como sabemos, os museus são espaços de disputas, e, como tais, transmitem uma mensagem que atende aos interesses de um determinado grupo social, não necessariamente de motivação econômica. Portanto, questões de natureza diversa impedem muitas das transformações nos museus, dando-nos a impressão de que eles estão inseridos e/ou engessados no século XIX, conforme discutiremos ao longo desse trabalho de investigação.

Para além da recorrente afirmação, de que os museus são espaços de memória, Mário Chagas (2011, p. 12) sugere que o mais adequado é compreender os museus dentro de uma relação dialética, contraditória e multifacetada. De acordo com suas palavras, os museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder, de combate, de conflito, de litígio, de silêncio e de resistência; em certos casos, podem até mesmo ser não-lugares.

Toda a tentativa de reduzir os museus a um único aspecto corre o risco de não dar conta da complexidade do panorama museal no mundo contemporâneo. E justamente pelos museus serem espaços de disputa e de tensão, aliado a ideia de movimento e processo, que eles interessam aos diversos grupos, categorias, movimentos étnicos, de gênero, de solidariedade, por moradia, pela reforma agrária e educação. Na linha de Mário Chagas, trata-se de uma ferramenta que precisa ser democratizada.

Todo cidadão tem direito à memória. Ela que confere sentido ao passado de determinada coletividade. De acordo com Mária Célia Paoli

(1992, p. 25), isto significa que tem direito a preservação, transmissão e continuidade das materialidades e imaterialidades, elementos centrais para a identificação do próprio grupo. O debate acerca do patrimônio cultural está diretamente relacionado com questões relativas à identidade cultural, memória e cidadania.

A Constituição Federal (CF) de 1988 atentou para os grupos formadores da sociedade brasileira que estavam fora do reconhecimento e da ação do Estado. Isso significa o reconhecimento das

expressões culturais de “grupos formadores da sociedade brasileira”, particularmente de indígenas, afro-brasileiros e comunidades detentoras de manifestações de caráter tradicional e de transmissão oral (FONSECA, 2015, p 2).

O reconhecimento do patrimônio intangível nas comunidades quilombolas e caçaras, os cultos de origem africana ou festas populares, por exemplo, demonstram a potencialidade que o patrimônio tem para fornecer visibilidade à diversidade e pluralidade culturais do país.

Canclini, por outro lado, relativiza o discurso de que exista uma universalização dos bens culturais por meio de museus e escolas. Para o autor, à medida que as condições econômicas e educacionais não são satisfatórias, as possibilidades de apropriação do capital cultural são prejudicadas (CANCLINI, 1994, p. 96). Sobre as relações de poder, o autor afirma que o patrimônio funciona como elemento de diferenciação entre os grupos sociais e de hegemonia para aqueles que o acessam preferencialmente⁹.

A tarefa de escolher o que preservar ou não, historicamente, foi capitaneada pelas instituições preservacionistas, muitas vezes, refletindo distorções no âmbito da memória coletiva. Ao compreender que tais organizações fazem parte de um corpo social alinhado com os quais representam, entende-se que suas ações devem ser constantemente repensadas e atualizadas para que essa representatividade aconteça de maneira democrática, legitimando um olhar amplo, que enxerga o todo, mas que também considera a realidade de cada grupo (NARDI, 2011, p. 40).

Essa mesma lógica deve ser aplicada aos museus. Os camponeses, dentro da sua especificidade, quando representados nos

⁹ Ibidem, p. 97.

museus, são os mais autorizados para escrever sua história. Para Caldart é fundamental a “materialidade de origem”, ou seja, a questão conceitual precisa estar inserida no movimento histórico do campo; do contrário, seriam formulações abstratas e descoladas da realidade. (CALDART, 2003, p. 69-71). Representar o camponês descolado da sua dinâmica histórica, ou não representá-lo, também traz uma questão simbólica de fundo, que é a disputa de territórios imateriais, capazes de acionar e movimentar a luta política por territórios concretos.

Adotamos o conceito de território para compreender o campo como espaços de disputas materiais e imateriais. Os pressupostos teóricos são encontrados nos trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes, estudioso da reforma agrária e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para Fernandes:

O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. (FERNANDES, Bernardo, 2006, p. 29).

Nesses termos, a musealização territorial tem por função valorizar a comunidade local. O processo de musealização não pode ser dissociado do processo de dar significado a um território. São museus ao céu aberto que narram a história e a vida das comunidades rurais. Destacam-se nesses museus os costumes, as tradições, a valorização da cultura popular e suas relações com o território. Nessa perspectiva, por meio da adoção do conceito de cultura de Roberto Da Matta, Judite Primo e Daniella Rebouças (1999) sugerem que os museus inseridos em pequenas comunidades possuem as maiores e melhores condições para a participação comunitária.

O museu de território, portanto, se caracteriza pela utilização e relação com os sujeitos no espaço territorializado; enquanto o museu tradicional volta-se exclusivamente para o objeto musealizado. Viana (2009), em sua dissertação de mestrado “*Patrimônio e Educação: Desafios para o processo de ensino aprendizagem*”, descreve de forma mais elaborada as diferenças entre o museu de território e o museu tradicional:

Se o museu tradicional delimita e elabora uma seleção de produções do homem, com o objetivo

de fazer um recorte da realidade e encená-lo em um espaço definido. O museu de território procura a potencialidade do espaço, com o fim de trabalhar de forma integral a memória e a produção do patrimônio de forma dinâmica em sua complexidade. Esta forma de museu não estaria ligada ao passado, como coisa acabada (VIANA, 2009, p.18).

Assim, da mesma forma que o museu busca se “desprender” da estrutura física dos museus tradicionais, o patrimônio “rompe” com o exclusivismo da cultura material e com o privilegiamento (e o enaltecimento) de determinados grupos sociais, procurando novos espaços permeados de tensões e disputas. Assim, ainda, segundo J. Primo e D. Rebouças, neste novo cenário, a instituição museológica é “valorizada não só pelo seu patrimônio edificado e suas coleções, mas pela sua representatividade perante a comunidade que está inserida” (PRIMO; J.; REBOUÇAS, D., 1999).

2.2 OS CAMPONESES NO MUSEU OU O MUSEU DOS CAMPONESES: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Cada um tem sua história
Só quem viveu, é que pode contar
E o passado é diferente na memória
Oswaldo Montenegro

Para Scheiner (2013), o debate sobre patrimônio e museus apoia-se em três questões centrais, todas elas relacionadas ou vinculadas à comunicação:

as implicações sociais da herança cultural e a necessidade de aceitação das diferenças; a ampliação e difusão do conceito de patrimônio; e a importância deste para a sociedade da informação (SCHEINER, 2013, p. 360).

Compreendendo o caráter comunicacional e transformador das instituições museológicas, capazes de articular preservação, desenvolvimento social e empoderamento das comunidades e grupos sociais, buscamos refletir sobre o papel e o alcance das experiências

museológicas, nacionais e internacionais, que privilegiam em sua narrativa a temática camponesa.

Entre elas, destacamos o Museu Ettore Guatelli, localizado na cidade de Ozzano Taro, na Itália. A sede do museu é um antigo barracão. Na recepção, originalmente, encontra-se uma despensa com debulhadoras e vagões. De acordo com o site do museu, nos anos de 1950, o espaço foi transformado em um local para a criação de galinhas. A manutenção das características originais dos primeiros usos do espaço aproxima o visitante, transportando-o para o contexto que se busca representar.

Outro exemplo é o Museu do Camponês Romeno (Muzeul Taranului Roman). Trata-se de um museu interativo e bastante visitado, em Bucareste, capital da Romênia. Nele o camponês é retratado até os princípios da industrialização. Essa narrativa tende a situar o camponês exclusivamente no passado, contribuindo para a invisibilidade da categoria no presente. Além disso, da forma como o camponês é representado somos conduzidos a pensar que ele deixou de existir, não estabelecendo elos e desconsiderando as adaptações e rearranjos dos camponeses na contemporaneidade. Trata-se, portanto, de uma leitura acrítica e deslocada das questões e problemáticas do presente, que reforça o argumento de que o museu é um lugar exclusivamente de guarda.

O Museu da Memória Rural de Vilarinho da Castanheira, localizado em Bragança, Portugal, é uma unidade museológica destinada a trabalhar temáticas relativas à cultura rural e ao património imaterial da região duriense e transmontana. Dividido em seis seções, a saber: memória dos objetos, memórias do território, ofícios tradicionais, literatura rural, ritual e festas e inventário. Por meio das fotografias, observamos que a instituição se assemelha a um museu de artes e ofícios. No referido museu são apresentados ofícios tradicionais como o do ferrador, canastreiro, pescador do rio Douro, padeira, queijeira, pastor, tanoeiro, sapateiro, funileiro, moleiro e corticeiro. No futuro, estarão representadas técnicas antigas relacionadas com a economia local, como os fornos de secagem de figos, construção de carros de bois ou os antigos fornos de produção de telha. Ou seja, trata-se de uma instituição voltada para o estudo e a preservação de tradições e saberes e fazeres que, atualmente, estão entrando em desuso. O início do discurso expográfico, de acordo com a informação encontrada no sítio do museu, aborda temáticas relacionadas com as antigas práticas das culturas da vinha e dos cereais.

No Brasil, durante os anos de 2011 e 2012 discutiu-se a criação de um museu que abordasse as lutas camponesas, em especial o papel das Ligas Camponesas no Nordeste. A questão central era a trajetória de João Pedro Teixeira, principal liderança das Ligas Camponesas na Paraíba, assassinado no ano de 1962. A sede deveria ser no município de Sapé, na Paraíba, no local onde o líder morou. A iniciativa encabeçada pela Organização não Governamental (OnG) Memorial das Ligas Camponesas, não se concretizou. No momento, existe apenas o “Memorial das Ligas Camponesas”, composto por um acervo digital.

Podemos mencionar também o Museu Auta Pinheiro Bezerra, situado no interior da fazenda Boa Hora, no município de Santa Cruz (RN), onde se verifica uma narrativa e um diálogo com os públicos por meio do seu território. Somado a isso, o museu estabeleceu um espaço destinado para a exposição de objetos, fotografias e documentos da família Bezerra.

Durante o levantamento encontramos um estudo para implementação de um “Museu do Agricultor”, em Santa Catarina, no ano de 2004. O estudo contou com recursos do Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina – FEPA, e com a assessoria de historiadores, museólogos, engenheiros agrônomos, economistas e apoio de várias demais instituições. Essa iniciativa também não vingou.

Dentre os fatores para o pouco êxito das experiências voltadas para a preservação da memória do campesinato no Brasil destacamos o lugar socialmente ocupado pelos sujeitos do campo na cena nacional, em geral periférico e associado a um relativo atraso cultural e tecnológico, como demonstramos nessa investigação. Soma-se a isso o pouco envolvimento das comunidades rurais nas iniciativas institucionais, ou não-formais.

2.3 OS MUSEUS EM SANTA CATARINA

De acordo com a publicação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), “Museus em Números”, a maioria dos museus catarinenses é de natureza administrativa do tipo pública (59,3%), com destaque para os museus municipais que representam 48,3% do total cadastrado no estado. A porcentagem de museus privados é de 23,7%, e de instituições de natureza administrativa definida como “outra” é 16,9%. O número mais alto de museus municipais é igualmente encontrado nos demais

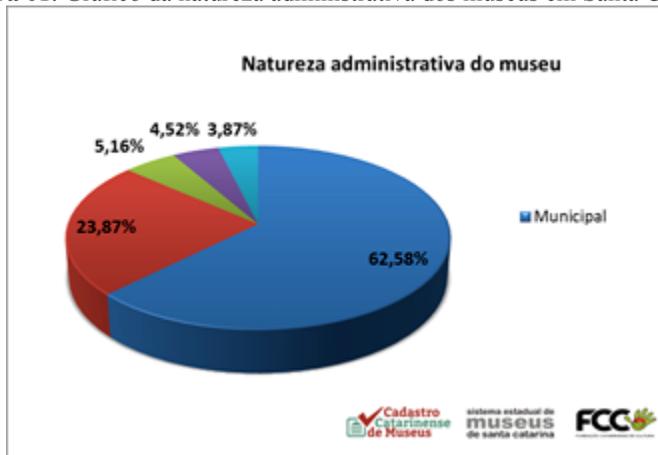
Estados da região Sul, onde também predominam museus dessa natureza administrativa (IBRAM, 2011, p. 526).

Ainda de acordo com a publicação, Santa Catarina possui 199 museus mapeados, distribuídos nos seus 295 municípios. O documento faz referência somente às influências europeias, resultado da colonização alemã, italiana e açoriana, observada na culinária, nas festas tradicionais ou típicas, nos costumes e nos objetos expostos nos museus. Museus históricos, casas de memória, memoriais e museus dedicados à vida de personalidades dos municípios, como políticos, empresários, religiosos são os que mais figuram segundo o documento.

Os tipos de acervos mais comuns nos museus cadastrados em Santa Catarina são ligados a História (76,7%), Imagem e Som (53,8%) e Artes Visuais (53,4%). Portanto, a maioria dos museus é de cunho histórico, e são mantidos com recursos públicos. Esta constatação, inevitavelmente, nos desafia a pensar sobre o contexto político, econômico e social dos municípios catarinenses; e, na outra ponta, na formação, na missão, nos objetivos, nas influências, no corpo técnico e no discurso adotado pelas instituições de Santa Catarina.

A situação administrativa dos museus, de acordo com o Cadastro Catarinense de Museus (CCM), demonstra que das 157 instituições analisadas, 98 delas são de procedência municipal; 38 de origem privada; 07 (sete) são mistas (público – privado); 06 (seis) são federais e 08 (oito) delas são de procedência estadual.

Figura 01: Gráfico da natureza administrativa dos museus em Santa Catarina



Fonte: Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Como demonstrado acima, praticamente 63% das instituições museológicas de Santa Catarina estão administrativamente vinculadas às prefeituras; e desse resultado 53,50% delas não possuem orçamento próprio.

De acordo com o questionário do CCM, 73 instituições possuem orçamento próprio, enquanto 84 delas não possuem. A ausência de orçamento próprio gera questões subjacentes, como a imprevisibilidade das receitas. Essa instabilidade financeira gera dúvidas sobre a execução de projetos, e mesmo sobre a manutenção das atividades regularmente previstas. Aliás, o próprio planejamento da instituição é prejudicado (ou pouco atrativo) pela dependência econômica e pela vulnerabilidade política diante das instituições mantenedoras. Esta condição deixa os museus mais fragilizados e sujeitos aos mandos e desmandos dos administradores locais.

A maioria dos museus catarinenses, na mesma linha apresentada por Regina Abreu (1996), em “A fabricação do imortal”, opta até os dias atuais por uma narrativa cronológica, em função da sucessão de acontecimentos, ou elege um representante da região, geralmente associado à própria fundação do município para enaltecer seus feitos e/ou atos de coragem e bravura. A autora retrata a substituição dos ícones ou personalidades associadas à construção da nação, a partir dos anos 1960, ao problematizar o processo de representação de um personagem da Primeira República. Seguindo as trilhas da autora é possível identificar os mecanismos adotados para “eternizar” o político, por meio da análise dos objetos doados em 1936 para o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Mais do que isso, é possível perceber como esse discurso perdura, permeia e perpassa nas instituições de Santa Catarina até os dias atuais.

Em linhas gerais, podemos dizer que as instituições catarinenses são, predominantemente, históricas, etnográficas ou antropológicas, que possuem um forte viés institucional e que adotam práticas associadas ao chamado “museu tradicional”.

3 A INVISIBILIDADE DO CAMPONÊS NOS MUSEUS DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DO CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS.

Neste capítulo discute-se a representatividade e a representação do campesinato nos museus de Santa Catarina por meio da análise do Cadastro Catarinense de Museus (CCM). Antes disso, consideramos importante contextualizar as motivações e a formação do próprio cadastro. Como já afirmamos, o CCM resulta de uma iniciativa do Sistema Estadual de Museus (SEM) em parceria com as instituições museológicas catarinenses.

3.1 O SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SANTA CATARINA (SEM/SC)

O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), vinculado à Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura (DPPC/FCC), reúne e articula as instituições museológicas no Estado de Santa Catarina. A sede do SEM encontra-se localizada no Centro Integrado de Cultura (CIC) na cidade de Florianópolis. O CIC comporta em um único espaço salas de exposição, bibliotecas, oficina e escolinha de futebol, cinema, teatro, dois museus e um ateliê de conservação e restauração, a saber: o Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), o Museu da Imagem e do Som (MIS) e o Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (ATECOR)¹⁰. Nele também se encontra em funcionamento a parte administrativa da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), incluindo o SEM/SC.

O SEM/SC pode ser definido como uma rede organizada, baseada na adesão voluntária, que visa à “coordenação, articulação, mediação, qualificação, fortalecimento e à cooperação entre os museus catarinenses”.¹¹ Atualmente, reúne 191 instituições museológicas, públicas e privadas, de 100 municípios (SEM/FCC, 2015).

¹⁰ Mais informações podem ser obtidas no sítio <http://www.fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=4988>.

¹¹ Disponível em:

<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4437/apresentacao>. Acesso em 07 mar. 2017.

Criado no ano de 1991, através do Decreto nº 615, o SEM tinha por objetivo qualificar a comunicação entre os museus catarinenses e prestar assessoria técnica. Por alguns anos suas ações foram incorporadas e assumidas pela Gerência de Museus da FCC.

Em 2006 foi sancionado o Decreto nº 4.163, reinstituindo o Sistema Estadual de Museus (SEM/SC), tornando-o responsável pela articulação entre os museus catarinenses, bem como a organização e sistematização da Política Estadual de Museus (PEM). O debate acerca da PEM, no entanto, já era objeto de discussão no ano anterior (2005), por ocasião da realização do 1º Fórum de Museus, na cidade de Florianópolis. Esse encontro entre outras questões aprovou as diretrizes norteadoras da Política Estadual de Museus (PEM) e a minuta do Decreto para institucionalização do SEM/SC, sancionado no ano seguinte.

De acordo com as informações oficiais podem fazer parte do SEM/SC:

- instituições museológicas municipais, estaduais, federais e de caráter privado, sediadas no Estado de Santa Catarina;
- grupos étnicos e culturais e organizações sociais que mantenham ações museológicas continuadas no Estado;
- escolas e universidades reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico no Estado de Santa Catarina;
- outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico com atuação e ações continuadas no Estado de Santa Catarina¹².

Em consonância com as funções do SEM/SC, foi sancionado o Decreto Estadual nº 599, no ano de 2011, com o objetivo principal de respeitar as especificidades de cada região do estado catarinense. Outro objetivo da legislação foi à criação de um cadastro para inclusão de dados das instituições museológicas de Santa Catarina¹³.

Como desdobramento das ações mencionadas acima, dentro de uma política de regionalização das ações, o SEM/SC realizou o 3º Fórum de Museus de Santa Catarina, no município de Chapecó, no ano

¹² Disponível em:

<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4437/apresentacao>. Acesso em 07 mar. 2017.

¹³ Idem

de 2011. De acordo com a FCC, o evento deu início a construção de um Plano Estadual Setorial de Museus para o Estado, por meio de consulta pública e de proposição de ações pelos participantes do encontro.

Um dos encaminhamentos do referido encontro foi a divisão do território catarinense em sete (07) regiões museológicas, respeitando os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a dinâmica de cada região com o objetivo de sistematizar as políticas públicas. Abaixo apresentamos um “mapa” das regiões museológicas.

Figura 02: Ilustração das regiões museológicas de Santa Catarina



Fonte:

<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/13286/regioesmuseologica/sdesantacatarina>.

1. Região Oeste
2. Região Meio-Oeste
3. Região da Serra
4. Região Sul
5. Região da Grande Florianópolis
6. Região do Vale do Itajaí
7. Região Norte

A seguir, enumeramos os municípios que integram cada uma das regiões museológicas mencionadas acima. No anexo I, listamos

nominalmente os municípios que as compõem, possibilitando, assim, que ao leitor identificar (e comparar) a territorialização dos museus que abordam ou tangenciam a temática camponesa.

A região Oeste possui 77 municípios; a região do Meio-Oeste um total de 43 municípios; a região serrana comporta 30 municípios; a região Sul possui 44 municípios; a região da Grande Florianópolis abriga 22 municípios; a do Vale do Itajaí é composta por 53 municípios; e, por fim, a região Norte abrange 26 municípios, totalizando os 295 municípios do estado de Santa Catarina. Como podemos perceber a região com o maior número de municípios é a Oeste, seguida da região do Vale do Itajaí.

Ainda como encaminhamento das discussões e deliberações do 3º Fórum de Museus, o SEM realizou um total de sete (07) encontros regionais para elaboração do texto base do Plano Setorial de Museus. O documento foi apresentado e aprovado na plenária do 4º Fórum de Museus, realizado entre os dias 4 e 6 de novembro de 2013, na cidade de Florianópolis. De acordo com as informações disponibilizadas pelo SEM/SC esse documento será o norteador das ações museológicas no Estado pelos próximos dez anos.

A elaboração do Cadastro Catarinense de Museus (CCM) atende, igualmente, as deliberações do Plano Setorial de Museus (2013). Ele foi construído em parceria com um Comitê Gestor durante os anos de 2012 e 2013, com a Coordenação Técnica da museóloga Renata Cittadin. O objetivo central desse cadastro é reunir subsídios da realidade dos museus em Santa Catarina. De posse deste material é possível construir um diagnóstico que permita a elaboração de metas e ações para os museus. Soma-se a isso a construção de indicadores que permitirão elaborar e qualificar as políticas públicas para os museus catarinenses.

O preenchimento do questionário para a elaboração do CCM resulta da adesão das instituições ao SEM/SC. O Termo de Adesão é definido pelo SEM como:

É um documento firmado entre a Fundação Catarinense de Cultura e instituições museológicas, sistemas municipais de museus, universidades que mantenham cursos relativos ao campo museológico e entidades organizadas

vinculadas ao setor, que oficializa a parceria com o Sistema Estadual de Museus (SEM/FCC)¹⁴.

Até o momento 157 instituições enviaram suas informações e, conseqüentemente, aderiram ao SEM/SC. Cabe afirmar que o ingresso, a coleta e a atualização de dados no CCM é um processo contínuo e permanente.

3.2 A REPRESENTATIVIDADE DO CAMPESINATO NO CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS

Primeiramente, analisamos o questionário aplicado pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC) junto às instituições museológicas para a elaboração do Cadastro Catarinense de Museus (CCM). Como já afirmamos, o questionário é amplo, possui cinco Blocos – Identificação; Institucional; Estrutura e funcionalidade; Atividades Museológicas e Responsável pelo preenchimento do cadastro, com 103 perguntas que perpassam várias áreas da instituição, como documentação, público, setor educativo, reserva técnica e aspectos institucionais.

Procedemos com a leitura da descrição fornecida pelas próprias instituições, atentando para as tipologias dos museus, com o propósito de identificar os pontos de convergência que os museus estabelecem com o camponês, seu modo de vida, saberes e fazeres, religiosidade, entre outros elementos.

Em seguida, elegemos outros pontos do questionário, Bloco 3 - Estrutura e funcionalidade, com o objetivo de identificar a localização dos museus e as condições de acesso. Elencamos o item 1.5 que trata sobre a localização e os pontos 8.1, 10 e 10.1 que interrogam as instituições sobre o acesso à internet e a disponibilidade de meios de transporte que conectem o museu com o centro da cidade, respectivamente. Os três últimos pontos serão abordados no subitem 4.3.

O item 1.5 questiona a instituição sobre a sua localização, ou seja, se ela encontra-se situada nas consideradas áreas “rural” ou “urbana”. Das 157 instituições que responderam o cadastro apenas doze (12) afirmam pertencer à área rural. São elas: Recanto Ecológico Museu

¹⁴ Disponível em:

<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/16649/cadastrocatarinense-demuseus>. Acesso em 10 mar. 2017.

Colonial – REMC (Ibirama); Museu do Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul – MIFCS (Santa Rosa de Lima); Museu da Vitivinicultura Catarinense – MUVISC (Tangará); Museu Entomológico Fritz Plaumann (Seara); Museu da Paz (Frei Rogério); Museu Comunitário Engenho do Sertão (Bombinhas); Museu dos Brunidores (Florianópolis); Centro Cultural Vila Itoupava (Blumenau) e o Museu Histórico Professor Edvino Carlos Hölscher (Guaraciaba); Museu de Arqueologia de Lomba Alta (Alfredo Wagner); Museu Prof. Pe. Emílio Hartmann (Itapiranga) e Museu do Jagunço da Cidade Santa do Taquaruçú (Fraiburgo).

Este número corresponde a 7,64% das instituições museológicas. Das doze (12) instituições localizadas na área rural, apenas **três (03) delas abordam a temática do campesinato**. São elas: Recanto Ecológico e Museu Colonial, Museu da Vitivinicultura Catarinense-MUVISC e Museu Histórico Professor Edvino Carlos Hölscher.

Os nomes das instituições não expressam necessariamente a sua tipologia, as temáticas abordadas e o universo de objetos representados. Abaixo sintetizamos a descrição fornecida para o CCM:

a) Recanto Ecológico e Museu Colonial

Foi fundado no dia 1º de novembro de 2001, na propriedade do Sr. Antonio de Águida, no município de Ibirama. A criação do museu teve por objetivo preservar a cultura local e regional, demonstrada através da exposição de peças coloniais e de diferentes engenhos movidos à roda d'água, com atenção ao manejo ecologicamente correto. O museu possui peças dos meios de transporte, e uma cronologia da evolução dos fornos, utensílios de cozinhas, entre outras. O museu também oferece ao visitante um café colonial, com alimentos produzidos na propriedade¹⁵. A dinâmica dessa instituição, com a junção de atividades não agrícolas e agrícolas, se enquadra no perfil descrito no primeiro capítulo, a respeito da pluriatividade.

b) Museu da Vitivinicultura Catarinense-MUVISC

Localizado no município de Tangará, ele foi inaugurado no ano de 2009. Inicialmente, foi criada para preservar a memória da Família Panceri, então ligada à vitivinicultura. A partir de várias doações, identificou-se a necessidade de ampliar e organizar o acervo. O museu é dividido em duas partes, uma delas aborda a história da vitivinicultura e

¹⁵ Cadastro Catarinense de Museus, 2013.

outra trata da família do imigrante que iniciara os trabalhos relativos à produção do vinho no Estado¹⁶.

c) Museu Histórico Professor Edvino Carlos Hölscher

Este museu está situado no município de Guaraciaba, Oeste catarinense. O nome do museu homenageia o professor Edvino que, no ano de 1964, recebeu em sala de aula uma doleadeira indígena. A partir deste episódio, o professor passou a incentivar a coleta de peças entre a população da região Oeste. O museu foi fundado no ano de 1981, com o nome de Museu Histórico São Jorge, e ficou sob a responsabilidade de uma associação. No ano de 2001 foi municipalizado e teve seu nome alterado para Museu Histórico Professor Edvino Carlos Hölscher, após o falecimento de seu idealizador, no ano de 2007. O acervo conta com peças derivadas dos períodos relativos à história do município. São cerca de 7500 peças espalhadas pelos 863 metros quadrados de área interna e mais 5000 metros quadrados de área externa do museu¹⁷.

A partir deste diagnóstico inicial, ampliamos o leque de análise para os museus que possuem alguma relação com o campo/rural. Listamos abaixo as **instituições que tangenciam a temática do campesinato**:

- a) Museu Municipal do Milho, localizado em Xanxerê;
- b) Museu Monge José Maria, localizado em Irani;
- c) Museu do Vinho “Mário de Pellegrin”, localizado em Videira (também faz referência à colonização italiana);
- d) Museu Histórico Municipal de São Joaquim – Espaço Assis Chateaubriand, localizado em São Joaquim.
- e) Museu do Pescador, localizado em Balneário Arroio do Silva;
- f) Museu Municipal Elmiro Wagner, localizado em Palmito.
- g) Museu do Núcleo Triticola, localizado em Frei Rogério.

Em particular, cabe mencionar a trajetória do Museu do Núcleo Triticola. Ele foi instituído com o intuito de preservar a história da comunidade que leva o mesmo nome do museu, e resultou de um projeto político de incentivo à produção de trigo no Brasil. De acordo com a descrição do Cadastro Catarinense de Museus, percebemos que a instalação da comunidade serviu como fonte de inspiração para

¹⁶ Idem.

¹⁷ Cadastro Catarinense de Museus, 2013.

organizar o museu. As terras foram parceladas em lotes - um total de 100 casas deveria ser construídas para os colonos, além de uma sede que servisse de referência técnica e social para os agricultores. Nessa sede funcionaria uma cooperativa, responsável por adquirir a produção, uma escola, uma oficina, uma marcenaria, um moinho, uma enfermaria, enfim, toda estrutura que pudesse servir de apoio às famílias assentadas¹⁸.

Analisando os dados do Cadastro Catarinense de Museus percebemos que do universo de 157 instituições museológicas apenas três abordam especificamente a temática camponesa e sete delas tangenciam a questão.

De acordo com o censo de 2000, a população estimada do estado de Santa Catarina era de 5.356.360 habitantes. Desse total, 40,63% moram no campo, enquanto 59,37% residem nas cidades (Censo Demográfico, IBGE, 2000). Os dados expostos acima demonstram um número ínfimo de instituições que representam, dialogam ou refletem sobre a condição do campesinato em Santa Catarina, demonstrando a quase invisibilidade de uma categoria que se assume (e se reconhece) camponesa, conforme dados do IBGE.

Proporcionalmente, a maioria da população rural de Santa Catarina encontra-se na região Oeste, coincidindo com a localização da maior parte das instituições museológicas que **abordam ou tangenciam a temática camponesa**. Elas encontram-se presentes nos municípios de Guaraciaba (33%) e Xanxerê, Irani e Palmito (42%), respectivamente¹⁹.

3.3 SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSO, PARTICIPAÇÃO E PRESENÇA NOS MUSEUS CATARINENSES.

Como já mencionado, elegemos pontos do questionário utilizado para a elaboração do Cadastro Catarinense de Museus (CCM) com o propósito de avaliar as condições de acesso aos Bens Culturais pela população, em particular a rural. A partir da análise dos dados podemos refletir sobre o alcance e o papel das instituições museológicas na construção de representações, na preservação da memória e no exercício da cidadania das comunidades rurais.

No Bloco 3, intitulado “Estrutura e funcionalidade”, utilizamos as questões: a) 8.1 – O museu possui acesso à Internet?;

¹⁸ Idem.

¹⁹ A distribuição dos municípios nas regiões museológicas pode ser observada no anexo I.

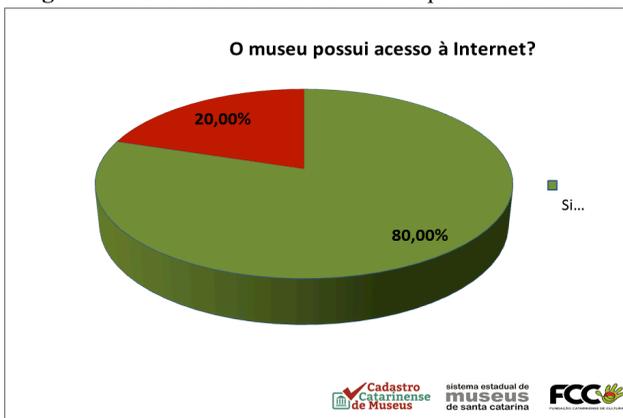
b) 10 - A principal estrada de acesso ao museu é pavimentada ou não pavimentada;

c) 10.1 – Existem opções de transporte público que liguem o museu ao centro da cidade ou a terminais rodoviários?, com o objetivo de verificar a disponibilidade de serviços, os meios de comunicação, a inserção do museu no contexto estadual e nacional e as condições de acesso às instituições museológicas. Segue os dados analisados:

a) O museu possui acesso à Internet?

Do universo de 157 instituições, pouco mais de 20% não possui acesso à internet. 125 possuem, enquanto 32 delas não dispõem do serviço. Podemos observar, de forma ilustrativa, no gráfico abaixo.

Figura 03: Gráfico do acesso à internet pelos museus catarinenses



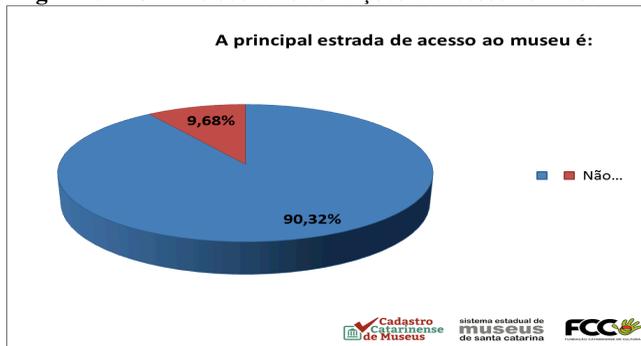
Fonte: Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

b) A principal estrada de acesso ao museu é:

() Pavimentada

() Não pavimentada

Do total de instituições que responderam o cadastro, 15 delas não possuem o acesso pavimentado. Podemos visualizar melhor no gráfico a seguir.

Figura 04: Gráfico sobre as condições de acesso ao museu

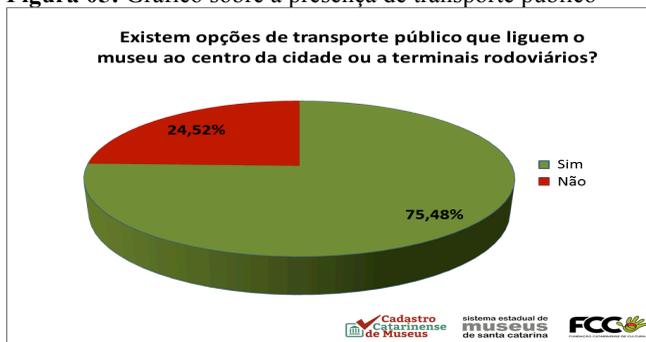
Fonte: Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

c) Existem opções de transporte público que liguem o museu ao centro da cidade ou a terminais rodoviários?

Sim

Não

38 delas não contam com o serviço de transporte público até a instituição. Os valores representados de outra forma podem ser visualizados no gráfico abaixo.

Figura 05: Gráfico sobre a presença de transporte público

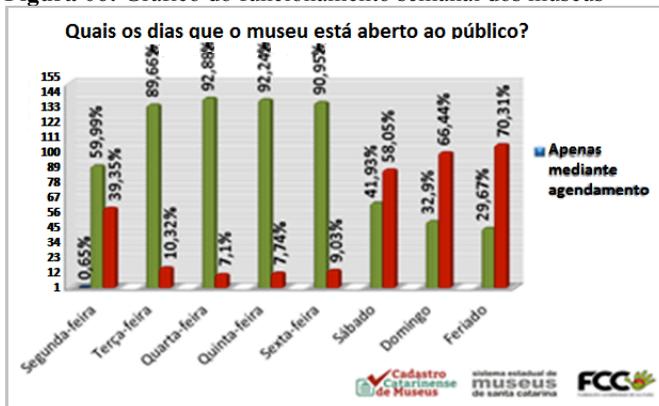
Fonte: Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Comparando os dados, observamos que doze das instituições analisadas nos itens 10 e 10.1 não possuem estrada pavimentada e nem opções de transporte público que as interligue com o centro da cidade,

simultaneamente. Dentre elas, cinco estão localizadas na área rural e sete no perímetro urbano.

Cabe ainda refletirmos sobre os dias e horários de funcionamento dos museus. O gráfico elaborado pelo SEM, com base nos dados disponibilizados pelas instituições, demonstra que mais da metade dos museus encontra-se fechado nos sábados, domingos e feriados. Nos domingos, o percentual de instituições fechadas ultrapassa os 70%, conforme podemos observar abaixo.

Figura 06: Gráfico do funcionamento semanal dos museus



Fonte: Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

A limitação de acesso à internet, as dificuldades de acesso aos meios de transporte e o horário de funcionamento incompatível com as atividades desempenhadas no campo são alguns dos fatores que contribuem para a invisibilidade e o distanciamento das comunidades camponesas dos museus.

Outro ponto fundamental para compreender a pouca representatividade do campesinato nas instituições é o fato de que a imensa maioria dos museus está situada na área urbana, portanto, sem vinculação com as problemáticas do campo.

Por outro lado, os dados do Cadastro Catarinense de Museus (CCM) relativos aos índices de participação e presença da comunidade nas instituições museológicas chamam a atenção. O questionário interroga sobre a frequência de visitação da população local na instituição. Do total de 157 instituições, 04 (quatro) afirmam que a comunidade “Nunca” visitou o museu; 53 afirmam que “Frequentemente” são e/ou foram visitadas; 69 delas indicam que

“Sempre” possuem visitasões; um total de 25 respondeu “Às vezes”, e 06 (seis) delas “Raramente” são visitadas pela comunidade. Cabe dizer que a opção “Nunca” geralmente é aplicada para os museus desativados.

Como podemos observar pelos números apresentados acima a presença da comunidade (urbana) nos museus de Santa Catarina pode ser considerada alta, totalizando mais de 77% entre os tópicos “Frequentemente” e “Sempre”.

Essa constatação nos leva a pergunta inicial: por que os camponeses não estão representados nos museus catarinenses? Se 40% da população de Santa Catarina vive no campo, o que justifica um número tão reduzido de museus na área rural? Sem a pretensão de esgotar a questão, destacamos a forte presença do elemento étnico nos museus catarinenses. Podemos intuir que o apelo (e elogio) à etnicidade, de certa maneira, contribui para a invisibilidade do campesinato nas instituições catarinenses.

3.4 APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO ÉTNICA NOS MUSEUS CATARINENSES

De acordo com Giralda Seyferth, o uso do termo camponês remete a um conceito aparentemente volátil, ou um terreno complicado para definições, e mesmo incômodo para certos pesquisadores. Associá-lo com a questão étnica, pode parecer complicado, todavia possui repercussões bem precisas no campo das relações sociais (SEYFERTH, 2011, p. 396). O Estado brasileiro teve um papel importante na conformação de certos campesinatos, exemplificado pelas políticas públicas que conduziram a colonização estrangeira no sul do Brasil.

A ideia de uma nação, no caso a nação brasileira, também permeou o debate, ao longo do século XX, sobre a constituição e finalidades dos museus. A análise realizada por José Reginaldo Gonçalves (1996) dos discursos proferidos pela intelectualidade brasileira durante as décadas de 1930 a 1980, por exemplo, apresentam um panorama das narrativas, as chamadas narrativas nacionais. Os critérios para escolha do patrimônio cultural (nacional) são definidos pelos intelectuais levando em consideração critérios políticos. Essas questões, por sua vez, definem os significados de nação e o que deve ou não pertencer a ela.

Essas narrativas influenciam (ram) diretamente a concepção dos museus catarinenses. A criação de vários museus que privilegiam a temática étnica é resultado de um combate à etnicidade,

principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), quando se buscava uma nacionalização. A imposição de uma narrativa nacional e unívoca contribuiu para o fortalecimento e preservação da memória, dos hábitos e costumes dos grupos étnicos que imigraram para o Brasil a partir do século XIX.

Segundo Paiva, o patrimônio da imigração é composto por um amplo espectro de manifestações culturais das quais fazem parte os museus, as paisagens culturais, as festas e as expressões linguísticas. Soma-se uma variedade de elementos relacionados à materialidade e a intangibilidade da cultura (PAIVA, 2015, p. 212).

Em Santa Catarina, encontramos um expressivo número de museus voltados para a temática da imigração e, de forma mais destacada, museus que abordam a colonização alemã. Muitas vezes, a utilização dos conceitos “imigração” e “colonização” aparecem como sinônimos. Cabe esclarecer que a imigração é a vinda de estrangeiros, a mudança de um país para outro, podendo os indivíduos e/ou grupos dirigirem-se para as cidades ou para as áreas rurais. Já na colonização, o imigrante vem para ocupar a terra, por meio de incentivos e doações (no caso das primeiras colônias) por parte do Estado e/ou particulares, ou por meio de compra. A colonização brasileira teve por objetivo fixar a população em determinada área, conforme apresentado no Capítulo I.

Abaixo, apresentamos uma pequena amostra de como as instituições estão distribuídas geograficamente no território catarinense, a partir da descrição fornecida pelo próprio museu ao SEM.

Museus de abordam a temática da Colonização e da Imigração

- 01) Museu da Colonização de Chapecó (Chapecó)
- 02) Museu da Colonização de Palma Sola (Palma Sola)
- 03) Museu do Imigrante (Nova Veneza)
- 04) Museu Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques (Urussanga)
- 05) Centro de Memórias Museu Leopoldo Miguel Hermes (Modelo).
Encontra-se desativado temporariamente.
- 06) Museu da Família Colonial – MFC (Blumenau)
- 07) Cemitério do Imigrante - CDI I Casa da Memória – CDM (Joinville)
- 08) Casa do Colonizador (Arroio Trinta)
- 09) Museu Municipal Elmiro Wagner (Palmilto)
- 10) Museu Comunitário de Ipumirim (Ipumirim)
- 11) Museu Municipal Prefeito Salustiano Costa Junior (Porto União)
- 12) Museu Municipal Pastor Karl Ramminger – MMPKR (Mondaí)

- 13) Museu Municipal de São João do Oeste (São João do Oeste)
- 14) Museu da Cultura Italiana (Nova Trento)
- 15) Casa da Cultura (Jardinópolis)
- 16) Museu Municipal Padre Raulino Reitz (Antonio Carlos)
- 17) Museu Histórico Municipal Lourenço Manenti (Turvo)
- 18) Museu Pomerano (Pomerode)
- 19) Museu dos Usos e Costumes da Gente Trentina (Rodeio)
- 20) Museu Histórico Prof. Francisco Serafim Guilherme Schaden (São Bonifácio)
- 21) Museu Nacional de Imigração e Colonização – MNIC (Joinville)
- 22) Museu do Imigrante (Timbó)
- 23) Museu Victorino Affonso Lenhardt (Saudades)
- 24) Museu di Ferramenta D'Affari Dei Nonni (Jaraguá do Sul)
- 25) Museu Histórico Municipal Dr. Vitor Almeida (Capinzal)
- 26) Museu Histórico Cultural Anton Eyng (Forquilha)
- 27) Nonna Maria Dario Milanese (Criciúma)
- 28) Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (Caçador)
- 29) Museu do Vinho “Mário de Pellegrin” (Videira)
- 30) Museu Histórico Professor Edvino Carlos Hölscher (Guaraciaba);
- 31) Museu Histórico de Itajaí (Itajaí)

Mapeamos os museus que abordam a temática da imigração e da colonização, totalizando 31 instituições. Em alguns casos, são mencionados os objetos de trabalho dos antigos moradores, onde podemos supor que os camponeses estejam representados; todavia, essa presença é sempre associada e relativa à colonização e/ou à imigração, dentro de uma concepção linear e oficial; outras vezes, saudosista.

No quadro abaixo, encontramos a distribuição territorial dos museus que possuem a temática da colonização como carro-chefe.

Quadro 01: A distribuição dos museus que abordam a temática da colonização/imigração em Santa Catarina

Região Museológica	Quantidade
Região Oeste	09
Região Meio-Oeste	05
Região da Serra	00

Região Sul	05
Região da Grande Florianópolis	03
Região do Vale do Itajaí	05
Região Norte	04
Total	31

Fonte: Elaborado pela autora.

Visitamos alguns dos museus listados acima com o objetivo de refletir sobre a exposição dos objetos e qual (is) representação (ões) é (são) construída (s) acerca do sujeito do campo e suas relações com outras temáticas como etnia e brasilidade. São eles: Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (Caçador); Museu Pomerano (Pomerode); Museu Nacional de Imigração e Colonização – MNIC (Joinville); e Museu da Família Colonial – MFC (Blumenau). Teceremos alguns comentários sobre os dois primeiros.

O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, em Caçador, muitas vezes intitulado como “Museu do Contestado”, apresenta um emaranhado de enfoques. Encontra-se dividido em quatro eixos temáticos, distribuídos em artefatos indígenas, materiais iconográficos e armamentos da Guerra do Contestado (1912-1916) e objetos utilizados pelos colonizadores. Nesse ponto, a ênfase recai sobre os grupos (principalmente descendentes de imigrantes do Rio Grande do Sul) que migraram para a região Oeste e Meio Oeste em meados do século XX. A Guerra do Contestado é mais um tema que devido ao afã de muitos museus em abordar tudo, sem a definição de uma política de aquisição, fica diluído no discurso museólogo e historiográfico (ou na ausência deles).

O Museu Pomerano, situado no município de Pomerode, possui na sua entrada uma homenagem ao empreendedorismo, na figura de Hermann Weege. Após a abordagem biográfica, a instituição rememora por meio da exposição de objetos de uso pessoal, cerimonial e trabalho a vida na colônia. Esta opção é uma tentativa de contar a história do município a partir da chegada dos imigrantes.

Na parte final da exposição, encontramos uma ênfase nos objetos voltados para o trabalho manual, especialmente na lavoura. Somos convidados minimamente a refletir sobre as condições de vida e trabalho ao acompanhar a evolução de instrumentos de trabalho, como atafonas, moedores de milho e inhame e máquinas de cortar. Alguns objetos

datam do século XIX e início do XX, período que coincide com a chegada dos imigrantes na região do Vale do Itajaí.

Podemos observar nas figuras abaixo (Figura 07 e Figura 08), objetos utilizados na lavoura e na pecuária, sobretudo por pequenos agricultores. Apesar dos objetos serem estreitamente vinculados ao trabalho na terra, o enfoque neste museu volta-se para as dificuldades da vida na colônia, de modo a eternizar o passado do imigrante.

Figura 07: Instrumentos de trabalho (data aprox. 1930)



Fonte: Museu Pomerano. Créditos de Fotografia: Rose Debiasi

Figura 08: Instrumentos de trabalho (data aprox. 1900)



Fonte: Museu Pomerano. Créditos de Fotografia: Rose Debiasi

O público, em geral, estabelece relações de continuidade e de rupturas, com as práticas atuais dos camponeses representadas nos

museus, a partir do seu instrumental. Mesmo que isso aconteça, a narrativa objetiva estabelecer conexões e paralelos com o imigrante – branco, trabalhador e religioso. A presença do campesinato, portanto, fica obscurecida (ou é sobreposta) pelo elemento étnico.

Muitas vezes, o museu opta por destacar o pioneiro ou o chamado colonizador do município, em detrimento da figura do camponês ou demais grupos que compõem a trama social.

O camponês, em geral, é identificado como alguém sem estudo e/ou simplório, ou como sinônimo de atraso; portanto, distante do discurso enaltecido que os grupos tradicionais dos municípios almejam. Ou seja, os museus como espaços de construção de representações e de disputas privilegiam um discurso elitista e linear. Essa orientação fica mais clara quando lembramos que 98 dos museus catarinenses são criados por iniciativa municipal, e muitos deles não possuem orçamento próprio.

Feito tais considerações, é importante deixar claro que não estamos propondo a criação de um museu do camponês, tampouco consideramos que isso assegure a resolução dos problemas aqui elencados. A criação de um museu do camponês, no formato compartimento de tantos outros museus já existentes, contribuiria para aumentar a invisibilidade da categoria no cenário nacional; e, por seu turno, criaria a ilusão de uma democratização de acesso e representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença camponesa praticamente não figura nos museus de Santa Catarina. As práticas camponesas são narradas por meio da exposição de objetos antigos, geralmente voltados para o trabalho, os hábitos alimentares e o lazer de outrora, sem estabelecer nenhuma relação com as problemáticas do presente. Observamos, por outro lado, o recorrente discurso da herança europeia, com ênfase nas festas, na religiosidade e na gastronomia trazida e transmitida pelos imigrantes europeus.

As instituições museológicas de Santa Catarina, como espaços de disputas e de memória, estão contribuindo para a “cristalização” de locais socialmente atribuídos, seja o das elites políticas, seja a “figura do simples camponês”. Os objetos expostos precisam ser compreendidos não exclusivamente pelo seu valor artístico ou histórico, mas como produções que envolvem necessariamente aqueles que as produzem, ou produziram. Não estabelecer essa relação é negar a construção histórica desses sujeitos.

Por outro lado, Mário Chagas ressalta a existência de um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural por parte de setores historicamente excluídos, na atualidade. A democratização da ferramenta “museu”, segundo o autor, forjaria elementos para uma “relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro” (CHAGAS, 2011, p. 5), fornecendo o protagonismo de novas categorias na narrativa, no uso e no acesso a essa ferramenta de transformação. Essa movimentação contribuiria para a redefinição das representações do campesinato em Santa Catarina; e, também, contribuiria para que os sujeitos do campo refletissem sobre a sua condição, sua identidade e memória.

A iniciativa institucional do SEM para elaboração do Cadastro Catarinense de Museus (CCM) deve ser compreendida como uma alavanca política (ou instrumento) para impulsionar os debates mencionados acima. Esse levantamento contribui, sobremaneira, para uma reflexão interna das instituições, iniciado com a motivação e o exercício de preencher o próprio cadastro, possibilitando, assim, um olhar para si e o seu entorno. Contribui, ainda, para um diagnóstico dos museus em Santa Catarina - subsídios necessários para a (re)definição de metas, planejamentos, articulações e elaborações de políticas públicas.

Com esse instrumental, de forma articulada, engajada e crítica, sugere-se que as museológicas em Santa Catarina repensem o seu papel no processo de invisibilidade do campesinato, no privilegiamento de determinados setores e/ou grupos sociais em detrimento de outros e na manutenção e reprodução de representações que não correspondem ao modo de vida e ao patrimônio cultural das populações do campo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico. Memória e Sociedade**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A e Lisboa: Difel Ltda, 1989.

CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p.95-115, 1994.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do pensamento museológico brasileiro. Cadernos de Sociomuseologia – Centro de Estudos de Sociomuseologia, 20. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT, 2003. Disponível em: http://www4.unirio.br/museologia/textos/ondas_do_pensamento_brasileiro.pdf. Acesso em 25 abr. 2017.

_____. Orientações para Gestão e Planejamento de Museus. **Coleção Estudos Museológicos**, v.3. Florianópolis: FCC, 2014, 94p.

CHAGAS, Mário. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, 41. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT, 2011, p. 5-16. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4515/museus%20m em%C3%B3rias.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 abr. 2017.

CHAGAS, Mário; STORINO, Claudia. Museus são bons para pensar, sentir e agir. **Revista MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, nº 3, Rio de Janeiro, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST. Dourados**, MS: UFGD, 2010, [284f.]. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

CALDART, Roseli. A escola do campo em movimento. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, jan/jun 2003, pp.60-81.

FERNANDES, Bernardo. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-39.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Registro. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

JESUS, Sônia Azevedo de. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 50-59.

KASEKER, Davidson Panis. **Museu, território e desenvolvimento: Diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós graduação em Interunidades em Museologia, da Universidade de São Paulo, USP, 2014.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade; BONIN, Anamaria Aimoré. Para pensar os museus, ou 'Quem deve controlar a

representação do significado dos outros?' In: **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007, p. 117-129.

LOHN, Reinaldo. **Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960)**. Espaço Plural, Dossiê Campo e Cidade, Ano IX, nº 18, 2008, p. 9-17.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MENDONÇA, Sonia Regina de; STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária no Brasil 5 - A classe dominante agrária: natureza e comportamento – (1964 – 1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOUTINHO, Mário Canova. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 1, n. 1, may 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MUNARIM, A. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 15-19.

NARDI, Leticia. **Centro Histórico de Paranaguá – PR – usos e sentidos na cidade contemporânea**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós – Graduação Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, 226p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. Av.** [on line], v. 15, n. 43, 2001, p. 185-207. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.).

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009.

PAIVA, Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Vol.23. n.2. jul.- dez., 2015, p. 211-237.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

PRIMO, Judite; REBOUÇAS, Daniella. Documentação Museológica num museu local: Algumas considerações. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 14, 1999, p. 11-24.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Dossiê**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 24-51. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf>>. Acesso em 17 de mar. 2016.

SCHEINER, T. Museologia e Pesquisa: Perspectivas na atualidade. In: GRANATO, Marcus e SANTOS, Claudia Penha dos (Orgs). **Museus Instituição de Pesquisa**. MAST Colloquia, Vol. 7. Rio de Janeiro: MAST, 2005, p. 85-100.

_____. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

_____. Museu, museologia e a ‘relação específica’: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. In: **Ci. Inf.**, v. 42 n. 3, p. 358-378, set./dez., 2013.

SEYFERTH, Giralda. **O campesinato e o Estado no Brasil**. In: MANA 17(2), p. 395-417, 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a06v17n2.pdf. Acesso em: 26 nov. 2016.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações.** O velho e o novo em uma discussão marxista. CEBRAP. São Paulo: Brasileira de Ciências, n°. 26, 1980.

VIANA, Uhelinton Fonseca. **Patrimônio e educação: desafios para o processo de ensino-aprendizagem.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2009, 177p.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996.

_____. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

_____. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

Sítios consultados

Disponível em: <https://museuautapinheirobezerra.wordpress.com/>.

Acesso em 18 abr. 2017.

Disponível em: <http://www.museudamemoriarural.com/>. Acesso em 20 abr. 2017.

Disponível em:

<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/13286/regioesmuseologicasdesantacatarina>. Acesso em 25 fev. 2017.

Disponível em: <http://www.muzeultaranuluiroman.ro/>. Acesso em 26 fev. 2017.

FONTES

BRASIL. Poder Legislativo. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm>. Acesso em 21 mai. 2017.

CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS. FCC Edições: Florianópolis, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

IBGE; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2000.

MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. ICOM, 1972. In: MOUTINHO, Mário. **I Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia.** Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. Curso de Sociomuseologia. São Paulo, 2013.

ZOLDAN, P.; CAPPELINI, C. **Museu do agricultor de Santa Catarina: estudo para implantação.** Florianópolis. Instituto Cepa/SC/Fepa, 2004. 120p.

Anexo I

Região Oeste: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porá, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guatambu, Iporã do Oeste, Ipuacu, Iraceminha, Irati, Itapiranga, Jardinópolis, Jupiá, Lageado Grande, Maravilha, Marema, Modelo, Mondai, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Passos Maia, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Princesa, Quilombo, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Helena, Santiago do Sul, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, Tunápolis, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê, Xaxim).

Região Meio-Oeste: Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arroio Trinta, Arvoredo, Caçador, Calmon, Concórdia, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaraé, Iomerê, Ipira, Ipumirim, Irani, Ita, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Ouro, Paial, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Presidente Castello Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Seara, Tangará, Timbó Grande, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira, Xavantina.

Região Serrana: Abdon Batista, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Brunópolis, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Curitibaanos, Lages, Monte Carlo, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema, Curitibaanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, São Cristovão do Sul, Vargem.

Região Sul: Araranguá, Armazém, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivotas, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocal do Sul, Criciúma, Ermo, Forquilha, Grão Pará, Gravatal, Içara, Imaruí, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Laguna, Lauro Muller, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Orleans, Passo de Torres, Praia Grande, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, São Ludgero, São João do Sul, São Martinho, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Treviso, Treze de Maio, Tubarão, Turvo, Urussanga, Balneário Rincão e Pescaria Brava.

Região Grande Florianópolis: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara, Tijucas.

Região do Vale do Itajaí: Agrolândia, Agronômica, Apiúna, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Benedito Novo, Blumenau, Bombinhas, Botuverá, Braço do Trombudo, Brusque, Camboriú, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ibirama, Ilhota, Imbuia, Indaial, Itajaí, Itapema, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Luís Alves, Mirim Doce, Navegantes, Penha, Petrolândia, Pomerode, Porto Belo, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rodeio, Saleté, Santa Terezinha, Taió, Timbó, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Wimarsum.

Região Norte: Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Corupá, Guaruva, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Irineópolis, Itaiópolis, Itapoá, Joinville, Mafra, Major Vieira, Massaranduba, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroeder, Três Barras.



**Cadastro
Catarinense
de Museus**



Cadastro Catarinense de Museus

sistema estadual de
museus
de santa catarina

FCC 
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**
Secretaria de Estado de
Turismo, Cultura e Esporte

ISBN 978-85-85641-15-3

Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina



Edições FCC
Florianópolis, 2013

Governador do Estado de Santa Catarina
João Raimundo Colombo

Vice-Governador do Estado de Santa Catarina
Eduardo Pinho Moreira

Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
Valdir Rubens Walendowsky

Presidente da Fundação Catarinense de Cultura
Valdir Rubens Walendowsky (interino)

Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural
Andréa Marques Dal Grande

Coordenador do Sistema Estadual de Museus
Maurício Rafael

Coordenação Técnica do Cadastro Catarinense de Museus
Renata Cittadin

Equipe Técnica do SEM/SC
Elis Lorena Meister
Marli Fávero
Silvia Raquel Sant´Ana

Projeto Gráfico
Moysés Lavagnoli

Revisão Textual
Denize Gonzaga
Fernanda Peres

Comitê Gestor 2012/2013

Comitê Gestor do SEM/SC (membros titulares)

Carla Juliane de Souza Vijagran (representante da Região da Serra), Caroline Martello (representante da Região Meio-Oeste), Denise Argenta (representante da Região Oeste), Edina De Marco (representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte), Edite Volpato Fernandes (representante da Região Sul), Eduardo Simon (representante da Santa Catarina Turismo S/A), Idemar Ghizzo (representante das Escolas e Universidades de Museologia), Ingrid de Lima Muniz Diniz (representante da Região Norte), Marco Antônio F. Ballester Jr (representante do Conselho Regional de Museologia – 5ª Região), Maria Zilene Cardoso (representante da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação), Maurício Rafael (coordenador do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina), Raquel Terezinha Todeschini (representante da Secretaria de Estado da Educação), Renilton Roberto da Silva (representante da Fundação Catarinense de Cultura), Rita Matos Coitinho (representante da Região da Grande Florianópolis) e Valda de Oliveira Fagundes (representante da Região do Vale do Itajaí)

Contribuições

Luiz Fernando Mizukami (Sistema de Museus de São Paulo (SISEM/SP)
Maria Helena Rosa Barbosa (Museu de Arte de Santa Catarina - MASC/Rede de Educadores em Museus - REM)
Renilton Roberto da Silva Matos Assis (Museólogo/Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC)

Cadastro Catarinense de Museus: identificando o panorama museal do estado

Atualmente, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), por meio Sistema Estadual de Museus (SEM/SC), possui 209 museus mapeados e 190 instituições aderidas de forma legal. Para o cumprimento de uma de suas atribuições, o SEM/SC lança o Cadastro Catarinense de Museus, mecanismo periódico de levantamento de informações, que pretende aprimorar a gestão das políticas para a área de museus no estado de Santa Catarina. O material foi compilado e organizado com a participação do Comitê Gestor do SEM/SC, bem como de vários profissionais de museus e outras áreas de conhecimento.

A motivação para o desenvolvimento desse cadastro se deu pelo motivo da escassa produção de informações, de forma sistêmica e periódica, sobre os museus no estado de Santa Catarina ao longo dos tempos. Neste sentido, torna-se estratégico identificar o panorama museal do estado e elaborar um diagnóstico mais aprofundado que identifique suas potencialidades e limitações. Uma possibilidade de gerar indicadores sobre o setor, fundamental para a elaboração das metas do Plano Setorial de Museus e, conseqüentemente, qualificar as propostas de políticas públicas para os museus.

Para a compilação das informações provenientes deste cadastro o, SEM/SC levará em consideração, acima de tudo, as particularidades das sete regiões museológicas. A intenção é não apenas gerar dados estatísticos, mas também informações multidisciplinares que irão subsidiar o planejamento e a avaliação das atividades desempenhadas para o setor museológico no estado de Santa Catarina.

O objetivo desse trabalho é apresentar os dados para a análise do campo museal para a sociedade e oferecer parâmetros orientadores para a ação dos museus no estado. Com isso fomenta-se as discussões das políticas e ações voltadas aos museus e se torna possível propor novos rumos à elaboração de produtos para o desenvolvimento do setor.

O SEM/SC terá um grande compromisso a partir desse levantamento, com a criação de um mecanismo de gerenciamento do Cadastro e sua atualização contínua. Essas informações serão integradas às demais plataformas de gerenciamento de indicadores que possivelmente serão criadas para o Estado de Santa Catarina.

Maurício Rafael

Coordenador do Sistema Estadual de Museus (SEM/SC)

Renata Cittadin

Coordenação Técnica do Cadastro Catarinense de Museus

Recomendações para preenchimento do formulário

Para poder realizar a aplicação do formulário de pesquisa do Cadastro Catarinense de Museus, o SEM/SC optou por utilizar uma ferramenta disponível na Internet, o “Google Docs”, e que deverá ser respondido unicamente em meio digital no endereço do site da FCC.

Como o Cadastro Catarinense de Museus encontra-se em sua primeira edição, temos um formulário um tanto quanto extenso. Por isso, torna-se necessário e importante que a coleta de informações aconteça antes do procedimento de preenchimento do formulário eletrônico. Neste sentido, estão listadas a seguir algumas recomendações:

1. Reunir previamente as informações, a partir do formulário anexo neste caderno. Isso poderá demandar alguns dias, você poderá coletar as informações e pesquisar no próprio Museu, na unidade mantenedora ou em demais locais de guarda de informações sobre o museu ou sobre a gestão dele;
2. Em caso de dúvidas, ao final deste caderno encontra-se disponível um glossário para sua consulta. Caso necessário, também faça contato com a equipe do SEM/SC por meio de telefonema ou e-mail semsc@fcc.sc.gov.br | (48) 3953-2375);
3. As questões com indicação de um asterisco (*) são consideradas obrigatórias;
4. O formulário contém perguntas de única escolha, múltipla escolha e questões abertas onde você deverá descrever as informações.

5. Seguem abaixo os ícones correspondentes a cada tipo de pergunta:
Única escolha;



Múltipla escolha;



Dissertativa;

Dissertativa.

6. Após a coleta de informações, dirija-se a um computador com acesso à Internet, e acesse o endereço: www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural clique no link do Cadastro Catarinense de Museus;
7. O seu formulário só será computado pelo SEM/SC quando você finalizar o preenchimento clicando no botão  Enviar
8. Ao final você terá uma oportunidade de editar as informações fornecidas, caso tenha necessidade de ajustes ou revisões;
9. Atenção: O questionário não oportuniza o retorno ao formulário ou o salvamento. Neste caso, após o preenchimento, o SEM/SC irá encaminhar ao Museu o formulário preenchido para que a instituição detenha esse documento.

FORMULÁRIO

Bloco 1 - Identificação

*Obrigatório

1. Nome da instituição *

(Nome do Museu - Sigla)

1.1 CNPJ

Caso não possua, deixar em branco.

1.2 Endereço *

Rua, n°, bairro, complemento.

1.3 CEP *

Ex: 00.000-000.

1.4 Município *

1.5 O museu está localizado na: *

Zona urbana

Zona rural

1.6 Contato telefônico *

Ex: (xx) xxxx-xxxx.

1.7 E-mail institucional *

1.8 Website

Caso o museu possua uma página na Internet, informar o endereço.

2. Endereço para envio de correspondência

Caso o museu não receba correspondência no endereço em que está localizado, informar o endereço postal (rua, nº, bairro, complemento ou caixa postal).

2.1 CEP

Ex: 00.000-000.

2.2 Município

3. Informe, qual a mantenedora do museu

Órgão/instituição do qual o museu dependa financeiramente.

3.1 CNPJ

3.2 Endereço

Rua, nº, bairro, complemento.

3.3 Município

3.4 UF

3.5 CEP

Ex: 00.000-000.

3.6 Contato telefônico

Ex: (xx) xxxx-xxxx.

3.7 E-mail

3.8 Website

Caso a mantenedora do museu possua uma página na Internet, informar o endereço.

3.9 A qual setor administrativo o museu está vinculado?

4. Responsável legal pelo museu *

As perguntas 4. a 4.4 referem-se a informações acerca da pessoa física que responde legalmente pelo museu.

4.1 Cargo/Função *

4.2 Vínculo empregatício *

- Cargo em comissão
- Contratação via CLT
- Efetivo

4.3 Contato telefônico *

Ex: (xx) xxxx-xxxx.

4.4 E-mail *

Continuar »

Bloco 2 – Institucional

Nas perguntas seguintes, você informará dados institucionais do museu.

5. O museu está aderido aos sistemas de museus? *

- Sistema Brasileiro de Museus - SBM/IBRAM
- Sistema Estadual de Museus - SEM/SC
- Sistema Municipal de Museus
- Não está aderido a nenhum sistema

5.1 Natureza administrativa do museu *

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada
- Público-privado (mista)
- Outro:

5.2 Qual é a situação do museu? *

- Em atividade
- Em implantação
- Em obras/reforma
- Desativado temporariamente
- Desativado sem previsão de retorno
- Outro:

5.3 No caso de o museu já ter sido desativado, indique o motivo e o período.

Ex: Inexistência de equipe técnica - 2006 a 2009.

5.4 Data legal de criação do museu *

Ex: 26 de maio de 1987. Caso não tenha, informar data aproximada.

5.5 Data em que o museu foi aberto ao público *

Ex: 26 de maio de 1987. Muitas vezes a data de criação do museu não é a mesma em que ele foi aberto para visitação.

5.6 Que tipo de documento legal criou o museu? *

- Ata
- Decreto
- Estatuto social
- Lei
- Portaria
- Resolução
- Não existe documentação legal que cria o museu
- Outro:

5.7 O museu é declarado como de Utilidade Pública?

- SIM
- NÃO

5.8 O museu possui Plano Museológico? *

De acordo com a lei federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

- SIM
- NÃO

5.9 O museu possui Regimento Interno? *

- SIM
- NÃO

5.10 Relate breve histórico do museu e da constituição de seu acervo. *

Até 15 linhas.

5.11 O museu possui orçamento próprio? *

- SIM
- NÃO

5.12 Qual é o orçamento anual previsto para o museu?

Os valores listados abaixo estão em Reais (R\$).

- 1,00 a 1.000,00
- 1.001,00 a 5.000,00
- 5.001,00 a 10.000,00
- 10.001,00 a 15.000,00
- 15.001,00 a 30.000,00
- 30.001,00 a 60.000,00
- 60.001,00 a 100.000,00
- Acima de 100.000,00

5.13 O orçamento anual previsto para o museu é utilizado em sua totalidade?

- SIM
- NÃO

5.14 De quais fontes listadas abaixo o museu já recebeu recursos? *

- Editais públicos
- Editais privados
- Emenda parlamentar
- Fundo estadual de cultura
- Fundo estadual de turismo
- Fundo nacional de cultura
- Lei municipal de incentivo à cultura
- Lei federal de incentivo à cultura, Rouanet
- Nunca recebeu
- Outro:

5.15 Informe o título, o órgão e o ano em que os últimos três projetos da instituição foram aprovados.

Ex: Adequação de reserva técnica - Edital de modernização de museus - IBRAM (2011).

5.16 O museu estabelece parceria ou convênio com outras instituições? *

- Associação de municípios
- Entidade vinculada ao governo municipal
- Entidade vinculada ao governo estadual
- Entidade vinculada ao governo federal
- Iniciativa privada
- Organizações internacionais
- Outros museus
- Universidades
- Não possui parcerias com outras instituições
- Outro:

5.17 O museu possui associação de amigos? *

- SIM
- NÃO

« Voltar

Continuar »

Bloco 3 – Institucional

As perguntas que virão a seguir abordarão informações sobre os espaços, estruturas e a funcionalidade do museu.

6. Qual espaço o museu ocupa?

- Divide um prédio com outras instituições
- Existe somente no espaço virtual
- Mais de uma edificação
- Ocupa uma edificação
- Outros territórios

6.1 As edificações que o museu ocupa atualmente foram projetadas para abrigá-lo?

- SIM
- NÃO
- O prédio foi adaptado

6.2 O espaço que o museu ocupa é/está:

- Alugado
- Próprio
- Comodato
- Empréstimo
- Em processo de doação
- Em processo de aquisição
- Outro:

6.3 Se as edificações do museu forem tombadas, qual (is) o (s) nível (is) de tombamento? *

- Municipal
- Estadual
- Federal
- Não há tombamento

6.4 Qual é a área que o museu ocupa?

Informar em m².

6.5 Indique quais espaços existem no museu: *

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Arquivo | <input type="checkbox"/> Recepção |
| <input type="checkbox"/> Auditório | <input type="checkbox"/> Reserva técnica |
| <input type="checkbox"/> Banheiro para funcionários | <input type="checkbox"/> Sala administrativa |
| <input type="checkbox"/> Banheiro para o público | <input type="checkbox"/> Sala de conservação |
| <input type="checkbox"/> Biblioteca | <input type="checkbox"/> Sala de montagem de exposições |
| <input type="checkbox"/> Copa/Cozinha | <input type="checkbox"/> Sala de restauração |
| <input type="checkbox"/> Espaços ao ar livre | <input type="checkbox"/> Sala para acervo em trânsito |
| <input type="checkbox"/> Espaço para atividades de ação educativa | <input type="checkbox"/> Não possui espaços físicos |
| <input type="checkbox"/> Espaço de exposição de curta duração | <input type="checkbox"/> Outro: <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> Espaço de exposição de longa duração | |
| <input type="checkbox"/> Espaço de recreação | |
| <input type="checkbox"/> Estacionamento | |
| <input type="checkbox"/> Laboratório de conservação/restauração | |
| <input type="checkbox"/> Livraria | |
| <input type="checkbox"/> Loja de souvenir ou artesanato local | |
| <input type="checkbox"/> Lanchonete/Restaurante | |

6.6 O museu possui declaração/documento oficial que garante a sua autorização de funcionamento, emitido pelos órgãos responsáveis (observar a legislação vigente)? *

- Alvará de Funcionamento
- Alvará Sanitário
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB
- Habite-se
- Nenhum

7. Informe quais profissionais compõem o quadro funcional do museu *

- Administrador
- Agente de serviços gerais
- Antropólogo
- Arqueólogo
- Arquivista
- Arquiteto
- Conservador
- Educador (com formação específica na área de atuação do museu)
- Copeiro
- Biólogo
- Bibliotecário
- Historiador
- Jardineiro
- Montador
- Museólogo
- Pedagogo
- Recepcionista
- Restaurador
- Secretário
- Sociólogo
- Vigilante
- Não possui quadro funcional
- Outro:

7.1 O vínculo dos trabalhadores do museu consiste em sua maioria como: *

- Admissão em caráter temporário (ACT)
- À disposição (cedido de outro setor ou instituição)
- Cargo em comissão
- Contratação direta (CLT)
- Contratação temporária por terceirização (CLT)
- Estagiário/bolsista
- Servidor Público Efetivo
- Voluntário
- Não possui quadro funcional

7.2 Quantifique o número de funcionários do museu *

- 1
- 2
- 3 a 5
- 6 a 10
- 11 a 15
- Acima de 15
- Não possui quadro funcional

8. Indique quais equipamentos eletrônicos e de informática o museu possui: *

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Blue-ray | |
| <input type="checkbox"/> Copiadora eletrônica | |
| <input type="checkbox"/> Impressora | |
| <input type="checkbox"/> DVD | |
| <input type="checkbox"/> Equipamento de projeção audiovisual (data show) | |
| <input type="checkbox"/> Fax | |
| <input type="checkbox"/> Gravador | |
| <input type="checkbox"/> HD externo | |
| <input type="checkbox"/> Câmera fotográfica | <input type="checkbox"/> Televisor |
| <input type="checkbox"/> Microcomputador | <input type="checkbox"/> Videocassete |
| <input type="checkbox"/> Notebook | <input type="checkbox"/> Outros equipamentos |
| <input type="checkbox"/> Retroprojeter | <input type="checkbox"/> Não possui equipamentos |
| <input type="checkbox"/> Scanner | <input type="checkbox"/> Outro: <input type="text"/> |

8.1 O museu possui acesso à Internet? *

- SIM
- NÃO

8.2 O museu disponibiliza acesso à Internet aos visitantes (rede Wi-Fi)? *

- SIM
- NÃO

9. Quais estratégias o museu utiliza para sua segurança e para situações de emergência? *

- Acompanhamento periódico da Defesa Civil
- Plano de segurança contra furto e roubo
- Plano de combate a incêndio e pânico
- Plano de retirada de obras/acervo
- Plano contra desastres naturais
- Acompanhamento periódico do Corpo de Bombeiros
- Não possui
- Outro:

9.1 O museu possui mecanismos/equipamentos de segurança? *

- Detector de fumaça
- Extintores (pó químico e de água)
- Equipamentos de proteção individual para o visitante
- Para-raios
- Porta corta-fogo
- Saída de emergência
- Sistema de alarme
- Sistema de iluminação de emergência
- Vigilância eletrônica
- Livro de ocorrências
- Não possui equipamentos de segurança
- Outro:

9.2 Se o museu já sofreu algumas das ocorrências listadas abaixo, indique quais.

- Desabamento
- Furto ou roubo
- Incêndio
- Infiltração
- Inundação
- Rachaduras crônicas
- Soterramento
- Vazamento

10. A principal estrada de acesso ao museu é: *

- Pavimentada
- Não pavimentada

10.1 Existem opções de transporte público que liguem o museu ao centro da cidade ou a terminais rodoviários? *

- SIM
- NÃO

10.2 Quais mecanismos de publicidade o museu utiliza? *

- Jornal
- O museu está inserido na sinalização turística da cidade ou região
- Página do museu na Internet
- Material de divulgação impresso
- Página do museu em redes sociais
- Plano mensal/anual de mídia
- Rádio
- Revistas
- Sinalização de acesso próximo à sua entrada
- Televisão
- Outras
- O museu não realiza iniciativas publicitárias
- Outro:

10.3 Quais desses equipamentos estão próximos ao museu? *

Avaliar a partir de um raio de 1,5 quilômetro.

- Loja de souvenir e artesanato local
- Hospital/Posto médico
- Hotel/Pousada
- Posto de atendimento ao turista
- Posto de combustível
- Posto policial
- Restaurante/Lanchonete
- Parque/Praça pública
- Pontos de interesse histórico/turístico
- Outro
- Não possui nenhum desses equipamentos próximo ao museu

10.4 Quais os dias em que o museu está aberto ao público? *

	Aberto	Fechado
Segunda-feira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Terça-feira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quarta-feira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quinta-feira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sexta-feira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sábado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Domingo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feriado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apenas mediante agendamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10.5 Em quais períodos o museu fica regularmente aberto ao público? *

- Matutino
- Vespertino
- Noturno

10.6 Qual é o valor cobrado para visitar o museu? *

Os valores listados abaixo estão em Reais (R\$).

- 1,00 a 5,00
- 5,01 a 10,00
- acima de 10,00
- não cobra entrada

10.7 Caso o museu cobre entrada, desenvolve alguma política de gratuidade para determinados grupos ou dias? *

- SIM
- NÃO

10.8 Em qual caso é necessário fazer agendamento prévio? *

- Para grupos (escolares/turistas/outros)
- Para pesquisadores
- Para todos os visitantes
- Não é necessário agendamento prévio

10.9 Qual é a forma de controle de público? *

- Livro de registro
- Catraca eletrônica
- Bilheteria
- Não realiza controle de público

10.10 Qual foi o número de visitantes no museu nos últimos três anos (2010, 2011 e 2012)? *

Informar o número de visitação anual; em caso de museu virtual, informar o acesso ao site. Ex: 2011 - 2.300 visitantes.

10.11 Também com base nos últimos três anos, em quais meses do ano o museu possui maior visitação? *

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Janeiro | <input type="checkbox"/> Julho |
| <input type="checkbox"/> Fevereiro | <input type="checkbox"/> Agosto |
| <input type="checkbox"/> Março | <input type="checkbox"/> Setembro |
| <input type="checkbox"/> Abril | <input type="checkbox"/> Outubro |
| <input type="checkbox"/> Maio | <input type="checkbox"/> Novembro |
| <input type="checkbox"/> Junho | <input type="checkbox"/> Dezembro |

10.12 Relate, de forma breve, o que justifica o maior período de visitação no museu *

Ex: férias escolares, evento na cidade, alta temporada turística, entre outros.

10.13 Avalie qual a procedência do público visitante *

	Sempre	Frequen- temente	As vezes	Rara- mente	Nunca
Comunidade Local	<input type="radio"/>				
Grupos regionais (municípios vizinhos)	<input type="radio"/>				
Grupos de outras regiões do estado	<input type="radio"/>				
Outros estados	<input type="radio"/>				
Outros países	<input type="radio"/>				

10.14 Avalie em uma escala de 1 (mínimo) a 4 (máximo) a frequência do público visitante do museu *

	1	2	3	4
Turistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pesquisadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunidade Local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grupos escolares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10.15 Que tipo de infraestruturas o museu dispõe para recebimento de público de outros países? *

- Etiquetas de objetos/textos explicativos em outros idiomas
- Sinalização externa do museu em outros idiomas
- Sinalização interna em outros idiomas
- Publicações em outro idioma
- Servidores da área de atendimento ao público com fluência em outros idiomas
- Audioguias
- Não possui infraestrutura para receber público de outros países
- Outro:

10.16 Indique quais equipamentos/suportes o museu utiliza para facilitar o acesso a pessoas com necessidades especiais:

Ex: rampa, elevador, sinalização em braile, audioguia, entre outros.

« Voltar

Continuar »

Bloco 4 – Atividades Museológicas

Esta sequência de perguntas abordará informações sobre as atividades técnicas realizadas pelo museu

11. Entre as atividades abaixo, quais o museu desempenha? *

- Ações culturais
- Ações educativas
- Ações sistemáticas com/para a comunidade
- Atendimento a pesquisadores
- Conservação de acervo
- Documentação do acervo
- Eventos

- Exposição de curta duração
- Exposição de longa duração
- Exposição itinerante
- Pesquisa de acervo
- Pesquisa de patrimônio imaterial local
- Pesquisa de patrimônio material local
- Pesquisa de público
- Nenhuma das atividades listadas acima

12. O museu já recebeu assessoria do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina - SEM/SC? *

- SIM
- NÃO

12.1 Os funcionários participam de oficinas vinculadas às atividades desenvolvidas no museu? *

- SIM
- NÃO

13. O museu possui setor destinado à ação educativa? *

- SIM
- NÃO

13.1 Para quais públicos e faixa etária se destinam as ações educativas do museu? *

- Criança (até 11 anos)
- Adolescente (12 a 18 anos)
- Adulto (19 a 59 anos)
- Idoso (60 anos ou mais)
- Pessoas com necessidades especiais
- Grupos em vulnerabilidade social
- Outro:

13.2 Quais atividades culturais e educativas o museu realiza? *

- Conferências/Palestras
- Cursos/Oficinas

- Espetáculos musicais
- Espetáculos teatrais/Dança
- Eventos
- Cinema/Projeção de vídeos
- Eventos acadêmicos
- Outras
- Visita guiada
- Visita mediada
- Não realizada nenhuma atividade cultural
- Não realiza nenhuma atividade educativa
- Outro:

14. O museu possui política de conservação ou setor que

desempenha atividades de conservação de acervos? *

SIM

NÃO

14.1 Informe quais equipamentos de controle de condições

ambientais e climáticas o museu possui: *

Ar-condicionado

Aquecedor de ar

Capela de fumigação

Circulador/Ventilador de ar

Desumidificador

Filtros de ar

Filtros de luz

Higrômetro

Luxímetro

Psicômetro

Termohigrógrafo

Termohigrômetro

Ultraviômetro

Umidificador

Não possui equipamentos de controle ambiental

Outro:

14.2 De forma global, qual é o estado de conservação do acervo? *

- BOM.** Peças que apresentam suas características físicas e estéticas originais em boas condições, não contendo descaracterizações e/ou processos degradativos – ataque de insetos, micro-organismos em desenvolvimento, desprendimento de camada pictórica.

- REGULAR.** Peças que apresentam sujeira aderida, pequenas perdas e/ou tenham passado por processos iniciais de deterioração – ataque de insetos, desenvolvimento de fungos, desprendimentos de policroma, fissuras, rachaduras, escurecimento de verniz. Neste estado, devem ser incluídos objetos com problemas, que necessitam de higienização mais aprofundada e/ou de pequenas intervenções, mas que tenham leitura estética visível.

- PÉSSIMO.** Peças que apresentam processos graves de degradação, tais como grandes e irreversíveis perdas de sua matéria original, descaracterizações, partes apodrecidas, alterações provocadas por intervenções anteriores inadequadas, intenso ataque de insetos, proliferação acentuada de micro-organismos, manchas e escorrimentos de água, distorções fortes, desprendimentos de policromia.

15. O museu possui um setor específico para Documentação Museológica? *

- SIM
- NÃO

15.1 O museu possui Política de Acervo? *

Instrumento que orienta todas as ações relacionadas à gestão do acervo museológico.

- SIM
- NÃO

15.2 Quais são as principais ações de documentação museológica que o museu realiza? *

- Arrolamento
- Inventário
- Livro tomo
- Registro de entrada de acervo
- Outras ações de documentação
- Sistema informatizado de documentação
- Não realiza documentação museológica

15.3 Quais tipologias de acervo o museu possui? *

- Antropologia e Etnografia** (coleções relacionadas às diversas etnias, voltadas ao estudo antropológico e social das diferentes culturas. Ex: acervos folclóricos, tradições populares, indígenas, afro-brasileiras, do homem do sertão).
- Arqueologia** (coleções de bens culturais portadores de valor histórico e artístico, procedentes de escavações, prospecções e achados arqueológicos).
- Artes Visuais** (coleções de pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, incluindo a produção relacionada à arte-sacra. Nesta categoria também incluem-se as chamadas artes aplicadas, ou seja, as artes que são voltadas à produção de objetos, tais como: porcelana, cristais, prataria, mobiliário, tapeçaria).
- Histórico** (bens culturais que ilustram acontecimentos ou períodos da História).
- Ciências Naturais e Histórico Natural** (bens culturais relacionados às Ciências Biológicas - Biologia, Botânica, Genética, Zoologia, Ecologia - e às Geociências - Geologia, Mineralogia - e à Oceanografia).
- Imagem e Som** (documentos sonoros, videográficos, filmográficos e fotográficos).
- Virtual** (bens culturais que se apresentam exclusivamente por meio de tecnologia digital e que não dispõem de suporte material).

Ciência e Tecnologia (bens culturais representativos da evolução da Ciência e da Técnica).

Outro:

15.4 Das tipologias listadas, qual é predominante no museu? *

- Antropologia e Etnografia
- Arqueologia
- Artes Visuais
- Histórico
- Ciências naturais e histórico natural
- Imagem e som
- Virtual
- Ciência e tecnologia
- Outros

15.5 Informe, em números, a quantidade global do acervo museológico da instituição.

15.6 O acervo ou parte dele é tombado pelo poder público? *

- SIM
- NÃO

15.6.1 Se tombado, em qual âmbito? *

- Municipal
- Estadual
- Federal

15.7 Qual é a principal forma de aquisição de acervo? *

- Doações
- Coleta
- Comodato
- Compra
- Legado
- Permuta

15.8 Qual é o critério de classificação do acervo? *

- Por material/composição
- Por época
- Por autoria
- Por temática
- Por disciplina/área de conhecimento
- Não existe classificação
- Outro:

15.9 O museu descarta acervo? *

- Sim
- Não

16. Indique quais publicações o museu edita: *

- Anais
- Catálogo de exposições de curta duração
- Catálogo de pesquisa do acervo
- Catálogo do museu
- Material de divulgação
- Material didático/educativo/pedagógico
- Revista/Boletim eletrônico
- Revista/Boletim/Jornal impresso
- O museu não edita publicações
- Outros

« Voltar

Continuar »

Bloco 5 – Responsável pelo preenchimento do cadastro

Nesta sequência de questões deverão ser informados os dados referentes ao indivíduo que preencheu este cadastro eletrônico.

17. Nome *

17.1 Cargo/Função *

17.2 Formação *

17.3 Contato Telefônico *

Ex: (xx) xxxx-xxxx.

17.4 E-mail *

« Voltar

Continuar »

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!

Avalie nosso trabalho.

18. Caso sua instituição não tenha sido contemplada nas questões deste cadastro, liste as informações faltantes que você considera pertinentes.

19. Indique pontos positivos e negativos deste questionário.

« Voltar

Enviar

GLOSSÁRIO

Ação educativa: procedimentos que promovem a educação no museu, tendo o acervo como centro de suas atividades. Deve ser entendida como uma ação cultural que consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, tendo em vista o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca. Seus resultados devem assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social.

Acervo: bens culturais, de caráter material ou imaterial, móvel ou imóvel, que compõem o campo documental de determinado museu. É o conjunto de objetos/documentos que corresponde ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu.

Aquisição: ato ou efeito de adquirir, qualquer que seja a forma - compra, permuta, legado, coleta de campo, recolhimento, transferência – a aquisição só se efetiva quando a instituição passa a ter a guarda permanente do bem cultural, responsabilidade definitiva sobre o mesmo.

Associação de amigos: serão entendidas como associações de amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, devidamente reconhecidas pelo órgão mantenedor ou entidade competente ao museu.

Classificação: sequência de operações realizadas em um museu que visam distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias, agrupando-os de acordo com suas analogias e características comuns. O sistema de classificação varia de acordo com estrutura, funções, atividades e objetivos das instituições produtoras.

Conservação: é o conjunto de medidas destinadas a conter as deteriorações de um objeto ou resguardá-lo de danos. De maneira geral, é um sinônimo de preservação, mas, dentro do universo dos museus, diferencia-se pelo caráter mais específico, pressupondo-se uma materialidade. Identifica-se com os trabalhos de intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes, repetidas e continuadas, aplicadas diretamente sobre uma obra ou seu entorno com o objetivo de prolongar sua vida útil e sua integridade.

Descarte: procedimento de dar baixa, de suprimir um objeto integrante do acervo de um museu.

Documentação : ação de documentar é o conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem o tratamento técnico dos acervos dos museus e de seus dados. A documentação implica em localização, identificação, aquisição, registro, descrição, acondicionamento, armazenamento, recuperação, circulação, preservação e acompanhamento do acesso à equipe e usuários externos. Para efeito deste trabalho, o termo documentação não significa o conjunto de documentos no sentido de acervo. A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens, ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

Editais: concurso público, neste caso para área de cultura, com a finalidade de seleção de projetos a serem financiados podendo ser vinculados a estruturas públicas ou privadas. Ex: Edital Elisabete Anderle de Estímulo a Cultura/FCC.

Emenda parlamentar: De acordo com a Constituição, a emenda parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Por meio das emendas os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando uma melhor alocação dos recursos públicos. É a oportunidade que eles têm de acrescentarem novas programações orçamentárias com o objetivo de atender as demandas das comunidades que representam.

Exposição: exibição pública de objetos organizados e dispostos com o objetivo de comunicar um conceito ou uma interpretação da realidade. Pode ser de curta duração ou de longa duração; fixa ou itinerante.

Fundos de cultura: mecanismo de financiamento de projetos e atividades culturais nas esferas municipal, estadual e federal.

Inventário: relação individualizada dos bens culturais de uma instituição, contendo itens registrados com suas respectivas descrições e condições de conservação, objetivando sua salvaguarda. É um espelho fiel da localização física de cada um deles.

Leis de incentivo à cultura: lei que institui nas esferas municipal, estadual e federal a política pública de fomento e financiamento à cultura.

Medidas de controle: são todas as medidas que podem ser tomadas para o controle de entrada, circulação e saída especificamente para público em geral, funcionários e prestadores de serviços.

Mantenedora: pessoa jurídica de direito público ou privado, ou pessoa física que provê os recursos necessários para o funcionamento de outras entidades.

Museu: instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Fonte: Ibram).

Patrimônio cultural: consideram-se as formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Patrimônio material: classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Patrimônio imaterial: os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais.

Pesquisa de público: estudo sistemático sobre o público do museu e, não somente o controle numérico do registro de visitação.

Plano de emergência: procedimentos sobre como agir em casos de emergência, planejados a partir de levantamento das situações de riscos (climático, geográfico ou de outra natureza), que possam ameaçar a instituição. O Plano deve fornecer, ainda, procedimentos para uma resposta eficiente, clara e rápida, minimizando as situações de risco para os funcionários e os danos para o acervo e prédio.

Plano museológico: ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento essencial para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Plano de retirada de obras/acervo: conjunto de normas técnicas e métodos aplicáveis em casos de necessidade de remoção rápida de acervo, identificando quais são as prioridades de retirada, a forma de remoção, o local de destino do acervo, etc.

Plano de segurança: conjunto de sistemas preventivos ou não, usados para evitar danos e combater ações nocivas à instituição. Engloba a salvaguarda e os aspectos referentes à proteção da instituição, dos bens, do patrimônio, do acervo, das pessoas e as questões legais.

Política de acervo: diretrizes definidas pelo museu, visando a constituição, a dinamização do acervo, através do recolhimento e da incorporação sistemática de objetos, que é balizada pelo perfil identitário daquele museu. Prevê também a política de aquisição e de descarte de acervo, procedimentos necessários em decorrência de recolhimentos e incorporações indevidos realizados ao longo do tempo. O descarte de acervo no museu deve ser orientado pelos mesmos critérios que justificam a aquisição, sendo necessária a instituição de uma comissão técnica, especialmente designada, com poder de decidir pelo descarte do bem, o que pode significar transferência para outra instituição ou permuta por um outro bem.

Regimento Interno: é um conjunto de regras estabelecidas pela equipe do Museu para regulamentar e ordenar o seu funcionamento.

Registro: identificação de cada bem cultural adquirido pela instituição, com atribuição de código numérico ou alfanumérico e informações gerais que o caracterizam. O registro é feito com a utilização de fichas, livros ou recursos de informática.

Reserva técnica: consiste no espaço físico utilizado para o armazenamento das peças do acervo de um museu quando estas não estão em exposição. A guarda de um acervo demanda uma reserva técnica com condições físicas adequadas, condições climáticas estáveis e condições de segurança apropriadas à conservação das obras.

Restauração: medida de recuperação da integridade do bem cultural, através de técnicas de intervenção direta sobre esse bem.

Sistema de Museus: rede organizada de instituições museológicas, baseada na adesão voluntária, configurada de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus

Tombamento: é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

Utilidade Pública: qualificação jurídica de reconhecimento concebida pelo poder público.

Wi-Fi: é uma marca registrada da Wi-Fi Alliance, utilizada por produtos certificados que pertencem à classe de dispositivos de rede local sem fios (WLAN).

Zona urbana: área de um município caracterizada pela edificação contínua e a existência de equipamentos sociais destinados às funções urbanas básicas

Zona rural: regiões no município não classificadas como zona urbana ou zona de expansão urbana, não urbanizáveis ou destinadas à limitação do crescimento urbano, utilizadas em atividades agropecuárias, agroindustriais, extrativismo, silvicultura, e conservação ambiental.

Referências Bibliográficas

Burke, Robert; Adeloje, Sam. Manual de Segurança Básica de Museus, Conselho Internacional de Museus, Fundação Escola Nacional de Seguros, Rio de Janeiro, 1.988.

Caderno de Acessibilidade: reflexões e experiências em exposições e museus. São Paulo, EXPOMUS, 2010.

Museus em Números, Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2011.

Ono, Rosamaria; Moreira, Kátia Beatriz. Segurança em Museus, Cadernos Museológicas, Volume 1, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

Documentos e Legislação

Código de Ética para Museus, Conselho Internacional de Museus, 2004.

Decreto Estadual 599/2011, Cria o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina.

Lei Federal 11.904/2009, estabelece o Estatuto de Museus.

sistema estadual de
museus
de santa catarina



sistema estadual de
museus
de santa catarina

